

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
LETRAS ESPANHOL
NÁGILA DIAS AGUIAR OLIVEIRA

CIDADANIA:

UMA QUESTÃO A SE REPENSAR NA PRÁTICA DOCENTE

MONTES CLAROS - MG
2013

NÁGILA DIAS AGUIAR OLIVEIRA

CIDADANIA:

UMA QUESTÃO A SE REPENSAR NA PRÁTICA DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação de Monografia como requisito parcial para obtenção da Licenciatura no curso de Letras Espanhol da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes. Área de concentração: Linguística Aplicada ao Ensino do Espanhol como LE/L2.

Orientadora: Prof^ª.Bernarda Elane Madureira Lopes.

MONTES CLAROS - MG
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS - CCH
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA

DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE MONOGRAFIA
PORTUGUÊS/ESPAANHOL/INGLÊS

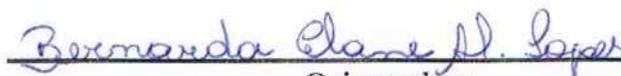
FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Nágila Dias Aguiar Oliveira

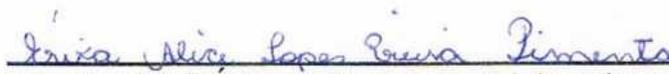
Título: Cidadania: uma questão a se repensar na prática docente

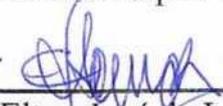
Monografia defendida e aprovada em 24/06/2013, de 08:00 às 09:00 horas, com

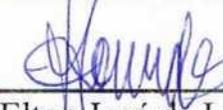
NOTA 96 (*noventa e seis*), pela comissão julgadora:


Orientadora

Prof. (a) Bernarda Elane Madureira Lopes


Prof. (a) Érika Alice Lopes Vieira Pimenta


Prof. Elton José de Lourdes


Prof. Elton José de Lourdes
Coordenador Didático do Curso de Letras Espanhol


Prof. (a) Daniela Imaculada Pereira Costa
Coordenadora de Monografia

Dedico este trabalho a Deus, o autor da vida, a minha família pela paciência e amor demonstrados.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por dar-me sabedoria e humildade para conquistar meus ideais.

Aos meus pais, irmãos e cunhados, que me apoiaram nos estudos.

Ao meu esposo Franciney e ao meu filho Israel, pelo apoio e compreensão.

À minha professora, orientadora e amiga Bernarda Elane por compartilhar seus conhecimentos, pela paciência e carinho comigo.

Aos professores do Curso de Letras Espanhol desta Universidade.

Não posso deixar de agradecer a todos aqueles que estiveram sempre ao meu lado, incentivando-me a fazer o melhor possível em tudo.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo procurou analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, focando suas orientações para a formação cidadã. Foi realizado, também, um breve histórico do conceito de *cidadania* através dos tempos até chegar ao seu conceito atual. Esta reflexão traz a importância da educação para a construção do homem em sociedade. Trata-se, portanto, de um estudo com o objetivo de contribuir para a reflexão do educador em relação à sua prática docente e como cidadão e no ensino de futuros conhecedores do exercício de cidadania. Este estudo busca, ainda, analisar a cidadania através dos temas transversais, mostrando a interdisciplinaridade que esses conteúdos possuem e como eles se completam na formação de valores, atitudes e no caráter dos alunos. Dentro dessa perspectiva de análise, pôde-se verificar a importância da parceria entre família e escola. Em suma, todo o processo consistiu em conhecer a cidadania sob a ótica escolar, que pode ser plena, através da união da família, educador, escola e sociedade.

Palavras-Chaves: Cidadania; Prática docente; PCNs; Educador; Família; Reflexão

RESUMEM

Este estudio analiza los Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, centrándose en sus directrices para la formación ciudadana. Hizo también un breve histórico del concepto de ciudadanía a través de los tiempos hasta llegar a su concepto actual. Esta reflexión trae la importancia de la educación para la construcción del hombre en sociedad. Es, por lo tanto, un estudio que lleva al educador a reflexionar respecto a su práctica docente como ciudadano y en la enseñanza de futuros conocedores del ejercicio de la ciudadanía. Este estudio busca todavía analizar la ciudadanía a través de los temas transversales, mostrando un enfoque interdisciplinario que tales contenidos poseen, y como ellos se completan en la construcción de valores, actitudes, y en el carácter de los alumnos. En esta perspectiva de análisis, se pudo verificar la importancia del trabajo en conjunto entre familia y escuela. En resumen, todo el proceso consistió en conocer la ciudadanía bajo la óptica escolar, que sólo puede completarse con la unión entre familia, educadores, escuela y sociedad.

Palabras-claves: Ciudadanía; Práctica Docente; PCNs; Educador; Familia; Reflexión

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Estrutura dos PCN's para o ensino fundamental.....	22
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Processo evolutivo do ser humano até o ser cidadão.....	18
Tabela 2- Resposta: questão 1 - O que é cidadania.....	44
Tabela 3- Resposta: questão 3 - Aplicação do tema em sala de aula.....	46
Tabela 4- Resposta: questão 3 - Explicitamente ou Implicitamente.....	47
Tabela 5- Resposta: questão 4 - Aceitação do tema por parte dos alunos.....	49
Tabela 6- Resposta: questão 6 - Investimento do governo.....	51
Tabela 7- Resposta: questão 7 - A Escola possui projetos.....	53
Tabela 8- Resposta: questão 8 - Mudança no comportamento do aluno.....	54
Tabela 9- Resposta: questão 9 - O que falta ao professor.....	56
Tabela 10- Resposta: questão 10 - Características do professor.....	58
Tabela 11- Resposta: questão 11 - Utilização da disciplina de língua estrangeira.....	59

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Análise resposta questão 1.....	45
Gráfico 2- Análise resposta questão 3.....	46
Gráfico 3- Análise resposta questão 3.....	47
Gráfico 4- Análise resposta questão 4.....	49
Gráfico 5- Análise resposta questão 6.....	52
Gráfico 6- Análise resposta questão 7.....	53
Gráfico 7- Análise resposta questão 8.....	55
Gráfico 8- Análise resposta questão 9.....	57
Gráfico 9- Análise resposta questão 10.....	58
Gráfico 10- Análise resposta questão 11.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
CIDADANIA: SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E EDUCACIONAL.....	15
1.1 Cidadania no contexto escolar.....	20
1.2 Família e cidadania.....	24
1.3 O papel do educador.....	26
1.4 O professor visto como cidadão.....	28
CAPÍTULO II	
CONCEITO E ANÁLISE DOS PCN's QUANTO AO TEMA CIDADANIA	
2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais.....	30
2.2 Formação da Cidadania nas áreas do conhecimento.....	37
2.3 Intervenção Educacional e Social.....	40
CAPÍTULO III	
PERFIL DOS PROFESSORES DE INGLES QUANTO A SUA PRÁTICA DE ENSINO NO TEMA CIDADANIA	
3.1 Metodologia.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAIS.....	63
ANEXO.....	66

INTRODUÇÃO

A expressão *cidadania* tem ganhado grande destaque nas últimas décadas. A abordagem dessa temática por partidos políticos tem sido usada como logomarca, um exemplo disso, é a cidadania democrática para todos. A cidadania é regida por princípios democráticos em que governantes e cidadãos, através de uma orientação de atuação social, desempenham seu papel na sociedade. (LODI, 2004). Isto reflete como tem sido a formação cidadã dos homens na atualidade, sua compreensão e exercício do seu papel.

De acordo com Demo (2002, p.34, *apud* ARAÚJO, 2005, p.3), a cidadania deve ser construída por:

Um cidadão sempre alerta e bem informado, crítico e criativo, capaz de avaliar suas condições sociais, econômicas, dimensionar sua participação histórica, visualizar seu horizonte de atuação, reconstruir suas práticas, participar decisivamente da sociedade e da economia.

O sistema educacional, sempre parceiro do homem na construção da cidadania começa, no presente século, a questionar a formação do ser como cidadão e sua contribuição na sociedade. Sabe-se que é no ambiente educacional que o homem desenvolve seu primeiro contato como um ser social. Será que a escola tem se preocupado somente com a educação formal? Será que a questão central do processo educacional, a formação do ser humano, tem ficado esquecida num canto qualquer da sala de aula, guardado em um livro velho o que não tem mais utilidade?

Durante muito tempo, a escola preocupou-se apenas em transmitir conteúdos, omitindo-se quanto ao desenvolvimento do seu papel na construção e contribuição da cidadania. Isso coloca em reflexão a questão do conhecimento e prática educacional na formação humana a respeito dos conceitos de cidadania.

A escola é o espaço onde a formação continuará e fortalecerá os conhecimentos trazidos de casa e com o auxílio do educador forma e desenvolve atitudes de cidadão através da educação formal. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – têm se tornado auxílio, exemplo, reflexão e sugestão frequente nessa proposta de associar assuntos escolares aos temas cotidianos. Esse documento aborda temas complexos subdivididos nas etapas de formação do educando.

O educador é o espelho no ambiente escolar, suas ações como cidadão denotam o seu desenvolvimento na prática pedagógica, para o processo de aprendizagem dos alunos. Sua abordagem profissional reflete valores e padrões da sociedade. (ABREU e MASSETO, 1990, *apud* SIQUEIRA, 2010). Além do papel do professor, todo o corpo escolar e familiar intensifica

no aluno/filho a formação de um sujeito crítico, capaz de utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores. (LIBÂNEO, 1998, *apud* SIQUEIRA, 2010).

O objetivo desta pesquisa é analisar a prática do professor de língua estrangeira na aplicação e desenvolvimento do uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais quando se trabalha com o tema cidadania em todos os seus âmbitos, trazendo para si um repensar em seu desenvolvimento como educador. Isto é embasado na práxis educativa como afirma (Franco, (2008, p.81, *apud*, DIAS, 2012, p.1391), “A práxis é entendida como a relação dialética entre homem e natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza com seu trabalho, transforma-se a si mesmo”). O educador desempenha o seu papel entre a ação e a reflexão, constituindo sempre com o replanejar para a transformação de si próprio e de seus alunos.

A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário com perguntas sobre os PCN's de Língua Estrangeira quando ele trata do seu objetivo principal que é o conhecimento e desenvolvimento da cidadania na sociedade. O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro aborda a cidadania e sua evolução história e educacional e o segundo pesquisa o conceito e análise dos PCN's quanto ao tema cidadania e o terceiro discute o perfil dos professores de inglês quanto a sua prática de ensino no tema cidadania.

Os dados obtidos através do questionário serão apresentados posteriormente no terceiro capítulo logo após serão apresentado as conclusões obtidas.

A educação é um aprendizado permanente, constante. Como afirma Luckesi (2001, p.14, *apud* SIQUEIRA, 2010, p.35). "Pode-se dizer, que em todas as dimensões da vida existem processos educacionais". São estes processos que cooperam para aperfeiçoar a sociedade, em que a prática do aprendizado com o auxílio da sociedade e da família, refletidos fora dos muros da escola, deve valorizar e preservar o conhecimento em toda a trajetória de vida do aluno. Percebe-se então, que o conceito de cidadania requer um destaque maior no ambiente escolar, seu desenvolvimento envolve todo o processo social, visando um novo saber.

CAPÍTULO I

CIDADANIA E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E EDUCACIONAL

O termo *cidadania*, no decorrer do seu contexto histórico, sempre esteve associado à vida em sociedade. Conforme a declaração de Buffa, Arroyo, Nosella (1993, p.11). “As palavras cidadã e cidadania trazem à lembrança as famosas declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão”.

O termo cidadania pode ser explorado em diferentes contextos sociais, até mesmo de forma contraditória. Esse termo é muito abordado em temas políticos, produções intelectuais e meios de comunicação e, o mesmo, faz frente às camadas populares mais desprivilegiadas da população.

Fazendo uma análise histórica, o termo cidadania vem sendo usado desde a Grécia por volta de VII e VIII a.C. associado à política. O homem passou a viver em sociedade procurando suprir seus anseios e identificando-se como sujeito dentro da mesma. (Cardoso, 1985, *apud* REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2006).

“A cidadania entre os gregos estava longe de ser universal, uma vez que a sociedade grega circunscreve-se à cidade-estado [...] o cidadão confunde-se com a cidade”. (LUIZ, 2007, p. 92). Nesse período, só era considerado cidadão quem possuía riquezas e contribuía para a formação do governo; a cidadania era expressa em forma de título ou homenagem a quem servia à coletividade. Mulheres, estrangeiros, comerciantes, artesãos e os escravos não eram considerados cidadãos.

Conforme a urbanização das pólis gregas, o poder político passou a ser redistribuído, havendo o ingresso de estrangeiros como cidadãos, cedendo espaço por parte da aristocracia, à participação da população na Assembleia. (REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2006).

“A cidadania significava, portanto, algo mais do que a garantia de plenos direitos. Era, pois, um status que oferecia ao cidadão várias possibilidades, indo além das destinadas ao indivíduo comum”. (REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2001, p. 2).

No período romano, a cidadania ainda possuía cunho político, era uma discrepância entre democracia real e ideal, ou seja, a defesa de uma igualdade de direitos que na prática não era exercida. Aos poucos, romanos não nobres e estrangeiros passaram a possuir direitos, através de inúmeros conflitos políticos.

Na Idade Média, a cidadania, até então entendida como esfera política, passa a perder seu foco. As mudanças ocorridas nas relações entre o questionamento da população por melhorias na estrutura urbana e a política traçam uma nova realidade organizacional da

sociedade em termos sociais, econômicos e até mesmo políticos. Com a formação dos feudos, é possível destacar profundas mudanças no entendimento social. Nesse contexto, a divisão da sociedade em classes e o os reis que governavam sem nenhuma limitação, com poderes absolutos, dificultava a prática do verdadeiro significado da cidadania. O absolutismo monárquico e a igreja destacaram-se nesse período. Segundo Luiz, (2007, p. 93) “a estrutura de poder no feudalismo era gestada pela hegemônica presença da cultura religiosa católica, que legitimava inúmeras autoridades”.

A cidadania passou a possuir uma força maior, quando, nesse mesmo período, com o crescimento da população, as motivações que eram de cunho religioso passaram a ser de interesse material. Com as atividades comerciais, estas ganham força com o surgimento do grupo: os mercadores. (REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2006).

Assim, a população passa a ter uma liberdade que outrora lhe era negada, a cidade com a expansão do comércio possibilita duas formas de liberdade. Na primeira com os surgimentos das cidades, os servos, que tinham uma obrigação com o senhor feudal, já não têm mais essa obrigação. Na segunda, os mercadores, inconformados por não possuírem voz ativa na sociedade, organizaram-se, criando as “ligas” ou “corporações” na luta por esta liberdade (LUIZ, 2007).

Com isso, a palavra cidadão tem seu sinônimo referido à cidade. Assim, inicia-se a decadência do feudalismo, dando início ao capitalismo com o surgimento do Renascimento, período de transição do feudalismo para o capitalismo, século XIV ao XVI.

“A ideia em relação à cidadania foi retomada e, concomitantemente, iniciou-se a construção da concepção moderna de cidadania, que se expressou a partir das revoluções burguesas, a Revolução Inglesa do século XVII e Revolução Francesa do século XVIII”. (LUIZ, 2007, p.95).

Agora, o referencial principal é o homem, através da valorização do indivíduo. A visão passa a ser antropocêntrica, e não mais teocêntrica, em que Deus é o centro de toda e qualquer visão filosófica, artística e política. Nesse momento, a expressão cidadania ganhou uma nova concepção. Passou a afirmar a eliminação de privilégios através da retomada das cidades comerciais, dos princípios individualistas e antropocêntricos, uma vez que houve a formação do Estado Moderno. Essa formação trouxe mudanças sociopolíticas e o fortalecimento da burguesia como classe dominante. Revoluções sociais, políticas e econômicas, criações artísticas, desenvolvimento da ciência e difusão do conhecimento, busca da liberdade e do pensamento e a igualdade entre os indivíduos: foi nesse período de transição e de novas diretrizes que se procurou construir uma sociedade mais justa. (LUIZ, 2007).

A burguesia procurava o seu fortalecimento na política, lutando na contestação dos valores e das injustiças impostas pelo clero e pela nobreza. Com isso, proporcionavam aos homens comuns autonomia de pensamento. Assim, surgiram as ideias iluministas baseadas nas ciências experimentais para entender o mundo com a contribuição dos grandes filósofos modernos Locke e Rousseau, defendendo uma ideia de democracia liberal, opondo-se ao direito Divino. (REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2001).

Percebe-se que as contribuições históricas ajudaram os cidadãos a exercerem livremente seu poder civil, econômico e político, destacando, na atualidade, o papel da cidadania em prol do desenvolvimento da sociedade que o indivíduo desempenha.

No quadro abaixo, é possível ver uma análise sintética do processo evolutivo do ser humano até o ser cidadão.

Tabela 1:

O Ser Humano	O Ser Indivíduo	O Ser Pessoa	O Ser Cidadão
A Dimensão do convívio social.	A Dimensão do mercado de trabalho e Consumo.	A Dimensão de encontrar-se no mundo.	A Dimensão de intervir na realidade.
O homem torna-se Ser Humano nas relações de convívio social.	O Ser Humano torna-se indivíduo quando descobre seu papel e função social.	O Indivíduo torna-se pessoa quanto toma consciência de si mesmo, do outro e do mundo.	A pessoa torna-se cidadão quando intervém na realidade em que vive.
Quem estuda o comportamento do Ser Humano? Seria a antropologia, a história, ou a sociologia?	Quem estuda o comportamento do indivíduo? Seria a Filosofia, a sociologia ou a Psicologia?	Quem estuda o comportamento da pessoa? Seria a Filosofia, a sociologia ou a Psicologia?	Quem estuda o comportamento do cidadão? Seria a Sociologia, a Filosofia ou As ciências políticas?
Quem garante os direitos do Ser Humano? A Declaração Universal dos Direitos Humanos.	Quem garante os Direitos do Consumidor? O Código do Consumidor.	Quem garante os Direitos da pessoa? A própria pessoa (amor próprio ou autoestima).	Quem garante os Direitos do cidadão? (A Constituição e suas leis regulamentares).
Existe realmente uma natureza humana? Teologicamente, afirmamos que existe uma natureza humana. Seguindo a corrente existencialista (J.P. Sartre) negamos tal natureza.	Que diferença existe entre o direito do consumidor e o direito do cidadão? Ao Consumidor deve ser dado o direito de propriedade enquanto ao cidadão deve ser dado o direito de acesso.	O que significa tornar-se pessoa no nível psicológico e social? A pessoa é o indivíduo que toma consciência de si mesmo ("Tornar-se Pessoa" de Karl Roger).	Como podemos intervir na realidade, modificando as estruturas corruptas e injustas? Quando os direitos do cidadão lhe são oferecidos, e o mesmo passa a exercê-lo, há modificação de comportamento.

Fonte: <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei7.htm#ixzz1n2s7Yswl>

Conforme mencionado acima, cidadania abrange mais que a garantia de direitos e deveres, é a inserção do indivíduo dentro de uma sociedade, buscando adaptar-se ao sistema de funcionamento e contribuindo para o seu desenvolvimento com novas ideias para o seu melhoramento.

Segundo Pinski (2000, p. 19),

exigir direitos é parte da cidadania, mas respeitar os contratos sociais é sua contrapartida. Talvez por não fazermos a nossa parte ou não termos a consciência de

pertencer a um coletivo é que somos tão condescendentes com irregularidades que acabam prejudicando todos.

De acordo com Carvalho (2006), o Brasil, ainda está longe de atingir uma cidadania plena, com liberdade e participação para todos, já que existe e é somente um ideal desenvolvido no Ocidente, uma ideia talvez ainda inatingível para a resolução de problemas sociais, pois a cidadania inclui várias dimensões. Sendo dividida em direitos civis, políticos e sociais.

De acordo com Carvalho (2006, p.09),

direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência [...] Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.

Enfim, pode-se conceituar cidadania como a busca da igualdade entre os direitos civis, políticos e sociais para determinar novos rumos de sociedade, em que o homem tem o papel fundamental de lutar contra a hegemonia dominante na sociedade de classes.

1.1. Cidadania no contexto escolar

A escola é um espaço para a formação de cidadãos, onde os professores precisam proporcionar aos jovens o acesso aos conhecimentos sociais e a prática do exercício à cidadania, respeitando as diversidades culturais, sociais e políticas existentes no país, abrangendo assim, todas as regiões brasileiras. (BRASIL, 1998).

O governo, juntamente com a sociedade, deve apoiar a educação para um ensino de qualidade, promovendo a capacitação e a transformação de sujeitos, tornando-os participantes críticos, detentores de uma saber amplo, o que contribuirá para a construção da cidadania e de sua identidade.

É necessário apresentar às crianças e jovens a importância de desenvolverem as suas capacidades, com um propósito de exporem os seus conhecimentos sociais. No entanto, sem perderem as suas raízes, com o direito de escolherem seus próprios caminhos, expondo suas potencialidades.

A educação, como papel fundamental na vida do homem, abre caminho para implementação da cidadania não como uma imposição ou normatização, mas –uma educação transformadora, criando hábitos e desenvolvendo atitudes!. (FERREIRA, 1993, p.12).

Conforme a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, o ser humano necessita de uma formação educativa, abrangendo não somente aprendizagens essenciais ler, escrever, falar, calcular, como também as aprendizagens educativas, principalmente a de valores, trazendo para si dignidade e crescimento intelectual para decisões em sua vida de maneira fácil.

Nota-se que cidadania, como um tema a ser trabalhado no ambiente escolar, requer por parte dos educadores uma atenção ou prioridade maior, o seu ensinamento não é uma opção, mas, sim, um dever regido pela Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, na qual estabelece:

que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998, p. 19).

O ensino de cidadania deve ser introduzido já no ensino fundamental conforme a Lei Federal n.º 9.394, de 1996 — nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional —, que orienta aos educadores “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

O ambiente escolar favorece ao aluno adquirir um pensamento crítico e construtivo no meio social e cultural no qual está inserido. Aquele traz para o conhecimento dos mesmos uma indagação sobre situações cotidianas, suscitando nos alunos um pensar mais seguro sobre seus conceitos de direitos e deveres.

A escola tem que se perceber dentro da sociedade e não como numa redoma de vidro. Neste sentido, a cidadania como eixo vertebrado da educação também coloca o desafio da ação política aos educadores.

Faz-se jus citar a própria afirmação dos PCN's:

A escola não muda a sociedade, mas pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução, mas também como espaço de transformação. Essa possibilidade não é dada, nem automaticamente decorrente da vontade. É antes um projeto de atuação político pedagógica que implica avaliar práticas e buscar, explícita e sistematicamente, caminhar nessa Direção. (BRASIL, 1997, p.23).

O ambiente escolar deve proporcionar sempre uma educação voltada para a formação e construção da cidadania do aluno, para que ele possa influenciar o meio ao qual está inserido de forma crítica e participativa na sociedade. O estudante precisa ter em suas mãos ferramentas que possam auxiliá-lo na resolução de problemas do cotidiano.

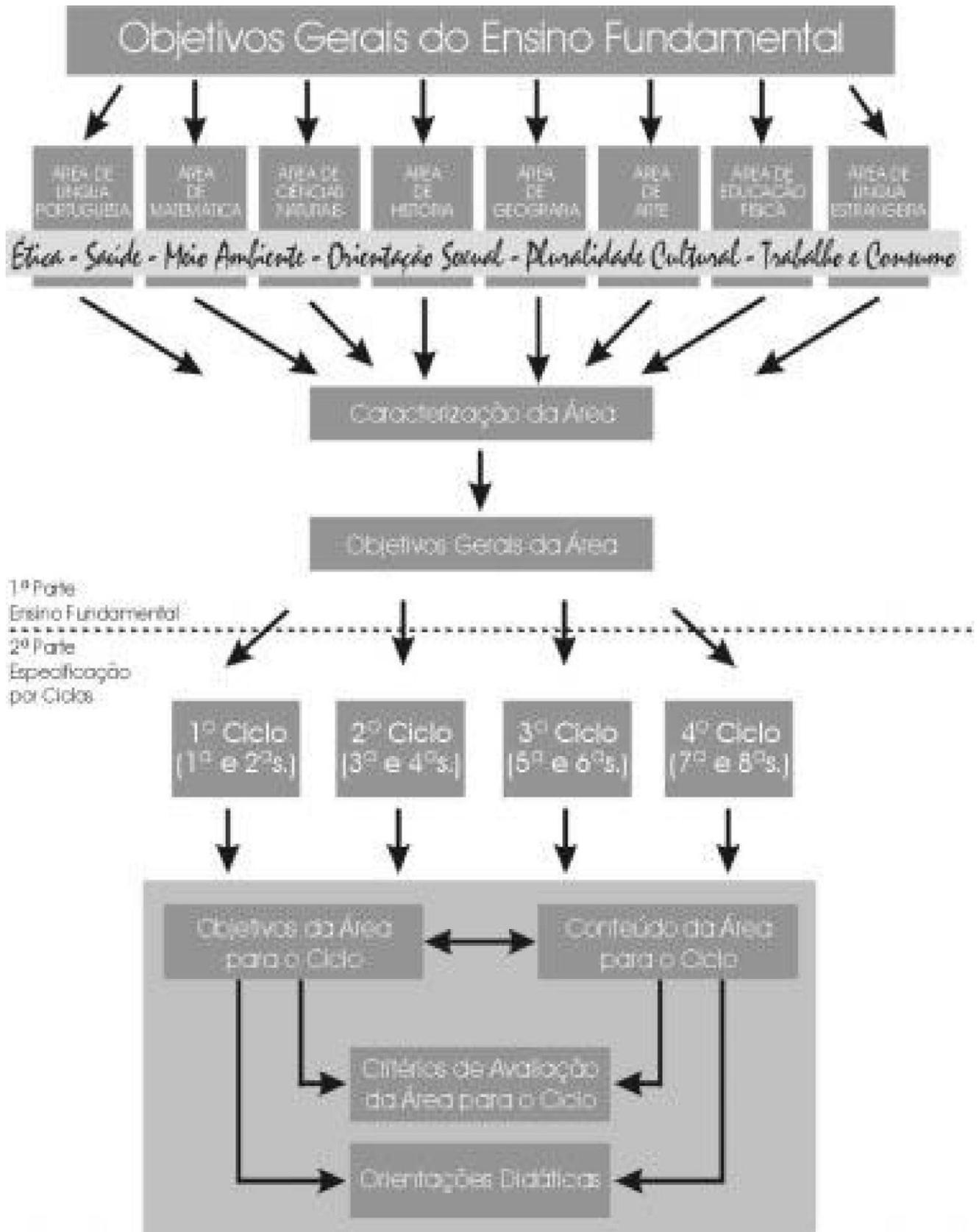
É preciso levantar questionamentos que instiguem os alunos a pensarem e agirem sobre a problemática lançada pelo educador. Assim, todos os alunos poderão desenvolver suas capacidades de forma coletiva.

Percebe-se que a educação escolar é diferenciada de outras educações:

por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo. A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. (BRASIL, 1997, p. 33).

A construção e instrução para a educação da cidadania não é um trabalho fácil e muito menos impossível. Não é uma nova educação, mas precisa a cada dia ser reestruturada e reconstruída com as experiências positivas já existentes, para um bom trabalho e melhor desempenho dos educandos.

ESTRUTURA DOS PCNS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB sugere que se trabalhe com diferentes áreas as atividades ou conteúdo que abrange a metodologia relacionada com cada série. O conhecimento é trabalhado para a formação do aluno, abrangendo a realidade social e política de maneira que ele se sinta como participante pertencente a uma nação. Ele deve ser capaz de construir sua personalidade ou desenvolver as características cidadãs de maneira autônoma.

A *cidadania* como tema abordado no ensino fundamental e médio apresenta aos alunos a contextualização para que eles façam inferências em relação aos conteúdos propostos, pois estes terão que ser capazes de: exercer uma cidadania de participação social e política, desenvolvendo uma atitude de solidariedade e cooperação, respeitando os outros e sendo respeitado; enfrentar de maneira crítica intervindo em situações de conflito e utilizando o diálogo; conhecer as características brasileiras sociais, culturais e materiais construindo assim, uma identidade nacional e pessoal; valorizar os aspectos socioculturais de outros povos repudiando qualquer tipo de discriminação; posicionar-se como integrante e agente transformador do ambiente; ampliar o conhecimento de si adquirindo confiança de suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social no exercício da cidadania; conhecer o próprio corpo e dele cuidar com hábitos saudáveis à sua saúde e do coletivo; empregar as diferentes linguagens no meio adequado expondo as suas ideias; utilizar os meios tecnológicos para construção do conhecimento; indagar situações procurando solucionar a problemática de maneira coerente e criativa. (BRASIL,1997).

Os conteúdos a serem trabalhados com a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais são: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Artes e Língua Estrangeira. Complementando estão os do Ensino Médio: – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, que foram elaborados com o propósito da construção da cidadania valorizando o social, destacando, assim, as competências e habilidades do aluno.

Agregados a estes estão os temas transversais que trazem em sua estrutura aos assuntos sobre: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo.

Tudo isto com o propósito de auxiliar em uma proposta educacional que vise a uma educação “adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira,” (BRASIL, 1997), fazendo com que o aluno, por si mesmo, desenvolva sua capacidade crítica e autônoma na participação da sua sociedade.

1.2. *Família e cidadania*

Entende-se que a família é a base da sociedade e se ela vai bem, a sociedade vai bem. A família possui papel fundamental na formação do caráter humano, uma vez que é o berço da cidadania e transmite aos seus membros valores, comportamentos e atitudes perpassados por várias gerações, trazendo assim, suas tradições e crenças à formação moral do indivíduo. É nesse meio que o sujeito aprende a socializar-se. Para melhor desempenho da cidadania, a família e a escola precisam andar juntas. O papel de desenvolver na criança e no adolescente a maturidade e a conscientização de direitos e deveres cabe aos pais e à escola. A educação só é completa e capaz de formar o ser humano quando houver uma parceria entre a família e a escola, conseguindo, assim, um desenvolvimento físico e intelectual do educando a ponto de torná-lo adulto, com valores e ideais de cidadania. (MOTOYAMA, 2012). Diante de tal fato:

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oportunizar a criança, ao jovem e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e à escola instruí-los, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência. (Osório, 1996, p. 82 *apud* SIQUEIRA ET. AL. 2011 p. 25).

“A parceria entre família e escola deve ser sempre em busca do benefício do filho/aluno”. (TIBA 1996, *apud* SIQUEIRA, 2010). As relações nesses ambientes criam indivíduos capazes de agir sozinhos diante de dificuldades existentes. Para Gokhale (1980, *apud* SIQUEIRA, 2010, p. 07), “a família é o centro da vida social, a instrução dedicada por ela constrói adultos criativos e preparados para enfrentar os obstáculos da vida”. Dessa maneira:

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família (BOCK, 1989, p. 143 *apud* FERREIRA; ANEQUIM e BINO, 2009 p. 15).

Como diz Montandon e Perrenoud (1987, p. 44 *apud* FARIA FILHO, 2000, p. 44), "de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família".

Estas duas instituições sociais família e escola são as pioneiras na construção da cidadania, ou melhor, dizendo, são as primeiras autoridades na transmissão de valores.

Elas devem possuir propósitos semelhantes para alcançar um bom resultado na formação de valores. As duas precisam estar de mãos dadas, promovendo a reflexão através da ação

exercida pelo sujeito.

A família pode favorecer a formação da cidadania já que esta é a primeira célula social atrelada à segunda, que é a escola, construindo, assim relações interpessoais. Esta é o parâmetro da identidade de cada indivíduo. No Parágrafo único do Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2005), encontramos que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Nada substitui o apoio que uma família outorga a um de seus membros. De acordo com (Tiba, 1996, p.73), “os pais precisam estar atentos à questão da convivência [...]”.

Sendo assim, a família é o ambiente em que o ser humano inicia a sua convivência social.

Quando se fala em educação se transfere a responsabilidade para estas duas instituições as quais educam para a vida.

A citação de (Tiba, 1996, p. 140), reflete isto: “O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno.”

A parceria escola/família quebra barreiras e soluciona conflitos existentes entre o educando/filho. A família empenha e abarca a vida escolar de seu membro, buscando, juntamente com a escola, a construção da cidadania na formação de valores éticos. O ensinamento dado por essas instituições precisa ser de maneira contínua e sucessiva para a transformação cidadã. A escola tem o preceito de construir o conhecimento e a família o compromisso de ajudar o educando/filho a colocar em prática esse conhecimento. Essa sociedade precisa compartilhar experiências vivenciadas por ambas, fortalecendo a parceria nas relações, lutando juntas para a formação da cidadania. (TIBA, 1996,).

Conclui-se que uma escola de qualidade não é formada somente por seus profissionais, mas também pelas famílias de seus alunos.

1.3 O papel do educador

A educação sempre foi uma peça-chave na vida do homem, em todos os aspectos. Ele sempre conseguiu superar os seus limites através da busca incessante por respostas. Essas respostas, muitas vezes, vieram através dos educadores, sejam eles informais, pai, mãe, avós, etc, ou formais professores, orientadores, etc. Neste tópico, trataremos da educação formal e do papel desempenhado pelos educadores formais.

Segundo Araújo (2008), a cidadania é voltada para a educação e é baseada em práticas pedagógicas organizadas e coerentes, é algo que se constrói e é inerente ao professor no processo educativo, na fase de formação de personalidade.

Silva (2000), ressalta que é a escola que contribui na formação de hábitos, valores e atitudes. É através dela que se observa o processo de socialização do conhecimento e o desenvolvimento da cidadania.

O educador possui importante papel nesse processo. Segundo Ferreira (1993), a busca de conhecimentos em questões políticas, econômicas e sociais, abordadas no contexto escolar, consegue explorar temas cotidianos e possíveis soluções que o educador transmite ao educando.

A escola sempre foi um espaço para compartilhar conhecimentos e também um ambiente social aberto, cujas pessoas de diferentes raças, ideologias, religiões e status reúnem-se para expor suas opiniões e adquirirem um novo saber.

O ambiente escolar “enquadra, ajusta, integra, desestimula atitudes antissociais, ajuda a transformar o educando num ser social. Ser cidadão não é simplesmente conhecer, mas, sim, viver.” (PINSKI, 2000, p.96).

O educador é um membro essencial na transformação da cidadania, isto é, na educação de cidadãos racionais dotados de um saber consciente que podem contribuir para uma sociedade mais plena e harmoniosa. Os educadores têm em suas mãos uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo gratificante no futuro, ao verificar que o seu trabalho contribuiu para a formação de verdadeiros cidadãos.

A cidadania não é apenas um termo filosófico que transcende o entendimento, mas é “como a liberdade, algo há ser conquistado, se isso é verdadeiro, não é menos verdadeiro que cabe a nós, educadores, um papel fundamental no sentido de ampliar o debate sobre a questão da cidadania e os limites impostos à sua implementação”. (PINSKI, 2000, p.96).

Conforme Araújo (2008, p. 103),

para o professor, educar para a cidadania pode ser um desafio, pois pode implicar o abandono de algumas certezas e até de crenças e valores, que não necessariamente de princípios referenciais de vida. É necessário estar-se conscientemente alerta para o facto de que a realidade se desenrola em contextos diversos, podendo alguns deles não oferecer as condições ideais para a aplicação dos nossos princípios, o que nos exige flexibilidade, receptividade à mudança, uma postura dialética e até pode induzir uma redescoberta de nós mesmos como cidadãos e como pessoas.

A educação para a cidadania não depende somente dos meios e dos conteúdos, isto é apenas um complemento que está ligado o eixo central que é a atitude e a prática do educador, isto sim fará toda a diferença para o ensinamento e a prática da cidadania.

Assim, os PCN's afirmam que:

Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional. (BRASIL, 1998, p.38).

Portanto, o educador é uma porta de acesso ao conhecimento para a cidadania, este possui autonomia plena na contribuição do saber do aluno, construindo, juntos, valores e normas para o melhor desempenho de ambos dentro da sociedade.

1.4. O professor visto como cidadão

Nota-se, hoje, que o professor é um profissional desmotivado em sua carreira. Ao longo dos anos, o professor não tem sido respeitado no contexto escolar. Diante de tanta violência, verbal ou física sofrida, como o profissional pode exercer o ato de cidadania? Será que o profissional deve apenas vendiar os olhos e fingir que não está acontecendo nada, exercendo apenas o seu papel de transmissor de conteúdos e cumpridor de carga horária?

Mesmo diante de tanta adversidade, o professor não perde o foco de transmitir o conhecimento e, acima de tudo, a sua postura de educador como agente criador de cidadãos. A educação é o ponto principal para a criação de uma sociedade bem estruturada, com cidadãos atuantes.

Em muitas escolas, o professor ainda é visto como um ser sonhador e idealizador de uma sociedade distante da perfeição, talvez distante até mesmo da sua realidade educativa, na qual a sociedade espera que ele resolva todos os problemas que a ela são inferidos. Muitas vezes, esse professor não está preparado para enfrentar esses dilemas. O desenvolvimento da cidadania explorada na formação acadêmica do professor como prática pedagógica não o capacita para uma realidade escolar. O profissional procura por si só tentar resolver questões que outrora foram esquecidas, tenta não perder o foco de construção da cidadania dentro do contexto escolar. (PERRENOUD, 2000).

Portanto, o professor não é apenas um sujeito com “boas intenções”, mas um sujeito cumpridor da cidadania, querendo contribuir de forma efetiva na sociedade em que está inserido.

Para um melhor desempenho da função do educador, Perrenoud (2000, p.143), considera cinco competências específicas:

- Prevenir a violência na escola e fora dela;
- Lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais;
- Participar da criação de regras de vida comum referentes à disciplina na escola, às sanções e à apreciação da conduta;
- Analisar a relação pedagógica, a autoridade e a comunicação em aula;
- Desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça.

O docente que assim procede, trabalha não somente com a visão para o futuro, mas constrói também para o presente. O seu trabalho torna-se fecundo no conjunto das disciplinas, não um trabalho que os educandos desenvolvam para o amanhã, mas sim na prática do hoje, “aqui e agora”, pois são necessários resultados e benefícios imediatos.

A presença do professor é essencial na formação e construção da cidadania, o seu agir e seu repensar causa um impacto positivo ou negativo na vida de um aluno.

Abreu e Masetto (1990, p.115, *apud* JESUS, 2013, p 01.), afirmam que:

é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos; fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade.

Assim, FREIRE (1996, p.96 *apud* JESUS, 2013,p 01.)), enfatiza que :

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Conclui-se que, por maiores que sejam as dificuldades na inserção da cidadania, o “educador” estará sempre pronto a enfrentá-las de uma forma reflexiva para que o seu desenvolvimento ocorra de maneira coletiva, em busca de uma educação mais efetiva na formação de cidadãos conscientes e capazes de escolherem seus próprios caminhos.

CAPÍTULO II

CONCEITO E ANÁLISE DOS PCN's QUANTO AO TEMA CIDADANIA

2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais

Para entender o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's –, é necessário fazer uma retrospectiva do ensino nas décadas de 70, 80 e 90. Houve um aumento significativo no acesso a educação básica, porém houve também altos índices de repetência e evasão escolar. Sendo assim, maioria das políticas educacionais não conseguiu resolver questões relacionada a isto, pois não havia propostas nem soluções para que o problema fosse solucionado. Segundo Arelato (2000, citado por ZANLORENSE e LIMA, 2011, p.5), “[...] não havia propostas concretas por parte do governo capazes de mobilizar a sociedade para ações mais abrangentes em educação”.

Em virtude dessa defasagem por parte do governo em relação às políticas educacionais, os organismos internacionais como a Unesco, Unicef, Banco Mundial reuniram esforços para ajudar o setor da educação a alcançar o mesmo patamar do setor econômico e social no Brasil. (ZANLORENSE e LIMA, 2011).

O lema “Educação para todos” que o Brasil adotou foi resultado da Conferência Mundial de Educação, ocorrido na Tailândia em 1990. O Brasil assumiu o compromisso de lutar para que a educação fosse uma base de aprendizagem universal. Dessa forma:

Tendo em vista o quadro atual da educação no Brasil e os compromissos assumidos internacionalmente, o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de educação para todos (1993 – 2003), concebido como um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação, voltado para a recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade, como também com a constante avaliação dos sistemas escolares, visando ao seu contínuo aprimoramento. (BRASIL, 1997, p. 14).

Amparados pela Lei de Diretrizes e Base Nacional, Lei n.º 9.394/96, que afirma que:

a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter determinabilidade e de continuidade. (BRASIL, 1998, p. 14).

Com isto fez-se necessário uma proposta educacional nacional com um ensino de qualidade a todos, ajustando “as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais”,

abordando a realidade do Brasil, sempre com o intuito de “formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos”, preparados para agir com “competência, dignidade, responsabilidade”, no meio ao qual estão inseridos. Começa então a ser elaborado um meio para que a escola fosse capaz de “orientar as ações educativas do ensino obrigatório” (BRASIL, 1997, p.14). O ensino fundamental do país e o ensino médio tinham como prioridade conceder aos educandos uma formação fundamental para que pudessem desenvolver suas capacidades de auto-realizações, competência para o trabalho e o exercício consciente da cidadania. Baseados na Lei, os Estados e Municípios deveriam formular as propostas curriculares conforme as suas necessidades educacionais.

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

partiu dos estudos de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, houve uma análise dos currículos oficiais e das informações relativas a experiências de outros países, realizada pela Fundação Carlos Chagas. Além de ter como subsídio o Plano Decenal de Educação, pesquisas nacionais e do exterior, estatística sobre o desempenho dos alunos do ensino fundamental e experiências de sala de aula divulgadas em encontros e seminários. (ZANLORENSE e LIMA, 2011, p. 13).

Segundo Moreira (1996, citado por ZANROLENSE e LIMA, 2011), a elaboração dos “Parâmetros Curriculares Nacionais” contou com a experiência da Espanha, na pessoa do então professor de Psicologia Educacional de Barcelona, César Coll, que foi consultor de elaboração dos PCNs brasileiros, e a Fundação Carlos Chagas. Além disso, contou com a colaboração dos representantes do Chile, Colômbia e Argentina, países que passaram por adequações curriculares similares à educação brasileira.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) são amparados legalmente e auxiliam na busca por soluções enfrentada pela educação, objetivando num ensino de qualidade nacional juntamente com resolução de necessidades, no âmbito da sociedade brasileira atual.

O conceito “parâmetro” surgiu com o intuito de levantar e elaborar referências nacionais sobre os “pontos comuns” que abrangem a educação em todas as regiões brasileiras sempre respeitando a diversidade cultural de cada lugar.

O conceito “currículo” foi adotado para elaborar os princípios e metas que seriam implementados na educação. Estes devem ser reflexionados e reelaborados conforme a aplicação em sala de aula, pois será o educado que o adaptará conforme a necessidade de seus alunos. (BRASIL, 1998).

Os PCN’s se adequam a uma referência nacional, sendo materiais para orientação e não imposição, pois o seu objetivo é um trabalho educacional desenvolvido com qualidade para “atender as reais necessidades dos alunos”. (BRASIL, 1998).

Estes são conteúdos essenciais “sobre o que, como e quando ensinar”, sendo uma menção sugestiva e atual sobre o papel da escola, sua dimensão aos conteúdos e o tratamento a ser dado a eles.

Ainda é um auxiliador, uma menção para a educação em todo o país.

Os PCN's têm a:

função de orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1998, p. 13).

O objetivo central dos PCN's é que o educando seja capaz de refletir sobre sua própria formação, desempenhando sua cidadania plena.

As possibilidades do ensino de cidadania na educação formal estão fundamentadas em quatro pilares, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p.17):

- **aprender a conhecer**, que pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender a aprender ao longo de toda a vida;
- **aprender a fazer**, que pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional;
- **aprender a viver** com os outros, que consiste em desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca da paz;
- **aprender a ser**, para melhor desenvolver sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, utilizados como base pelos gestores da educação e transmitido para o aluno, objetiva capacitá-lo como sujeito de sua própria formação interagindo com outros colegas e professores em busca de um conhecimento compartilhado.

Em sua estrutura, os Parâmetros Curriculares Nacionais, discutem assuntos por áreas e temas, abordando conteúdos de caráter afetivo, físico, ético, estético, de atuação e de inserção social para a formação e exercício da cidadania.

Apresentam em seu contexto, os objetivos gerais, os quais são o marco educacional na orientação e estruturação dos currículos. Destes partem os objetivos gerais da Área e dos Temas Transversais. (BRASIL, 1998).

Os objetivos propostos trazem uma reflexão por parte dos educadores e da escola quanto à seleção de conteúdos que melhor atendem às necessidades do aluno, expondo um sentido de desenvolvimento e capacidade cidadã.

Os conteúdos dos PCN's são totalmente diferenciados dos tradicionais aplicados ao longo da educação, pois a sua finalidade é que a proposta seja “um ensino em que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos”. (BRASIL, 1997, p. 58).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam, ainda, que todas as disciplinas podem abordar o tema cidadania em suas aulas. Esse ensinamento começa nas fases iniciais do ensino fundamental para que a criança tenha uma noção sobre o seu papel dentro de uma sociedade.

O tratamento desses temas no ensinamento da criança integra diferentes disciplinas. São elas referentes às áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física, que precisam ser socializada. Saviani (1986 citado por FERREIRA, 1993, p.12), relata que

temos que recuperar e colocar no centro das nossas escolas, de modo a garantir que todas as crianças assimilem esses elementos, pois sem isso elas não se converterão em cidadãos com a possibilidade de participar dos destinos do país, interferir nas decisões e expressar seus interesses, seus pontos de vista.

Reforçando as palavras da autora, os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam que:

Para tanto, é necessário redefinir claramente o papel da escola na sociedade brasileira e que objetivos devem ser perseguidos nos oito anos de ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm, desse modo, a intenção de provocar debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, que envolvam não apenas as escolas, mas também país, governo e sociedade. (BRASIL, 1998, p. 9).

O documento foi elaborado para oferecer embasamento às escolas e aos professores, sendo organizado em 10 volumes, sendo: um documento de Introdução, com sugestões e temas transversais abordando em seu contexto, conteúdos de todas as áreas de conhecimento do Ensino fundamental somando com oito documentos: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira.

O conceito “área” foi adotado para atingir uma aprendizagem mais específica e particular dentro do contexto escolar. A sua busca procura alcançar:

dimensão social que a aprendizagem cumpre no percurso de construção da cidadania, elegendo, dessa forma, conteúdos que tenham relevância social e que sejam potencialmente significativos para o desenvolvimento de capacidades. (BRASIL, 1997, p. 58).

O trabalho desenvolvido por essas áreas e seus conteúdos interage com diferentes

áreas, fazendo, assim, um trabalho coletivo, que “contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos”. (BRASIL, 1998, p. 44).

Em algumas áreas foi necessária a criação de outras temáticas denominada de Temas Transversais, como alternativa para as complexidades demandadas. Esse complemento não são novas áreas, mas, sim, um conjunto de temas que integram as áreas com o compromisso das relações interpessoais e sociais escolares.

Os temas se referem a conceitos e valores sobre a realidade e tem em sua abordagem a questão social do aluno. São temas que precisam de um olhar e dedicação mais expressivo e significativo. São temas cujo ensino/aprendizagem deve mover no aluno a capacidade da intervenção sobre a realidade social. Trazem consigo as instruções e orientações, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. Esses temas foram eleitos por uma questão da problemática social atual e emergente, tanto no âmbito nacional como internacional. (BRASIL, 1998).

Os temas devem ser adaptados conforme a necessidade de cada região ou mesmo de cada escola. Além disso, devem ser associados com estes temas apresentados, temas de fator local, procurando solução para a problemática da comunidade ao qual a escola esta inserida.

Acrescentado a isto os PCN's do ensino médio trazem em seu contexto uma proposta bem diferenciada ao relacionado com os PCN's do ensino fundamental, uma vez que o seu objetivo central é a inserção dos jovens na vida adulta, que se dará através da capacitação e preparação de um novo perfil curricular.

Os PCN's do ensino médio, em sua estrutura “cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias”. (BRASIL, 2000, p.4).

Além disto, visam favorecer o aperfeiçoamento da prática educativa, construindo um processo contínuo e, auxiliando positivamente a prática do professor de maneira que os métodos sejam revistos e aperfeiçoados a cada vez que necessite.

Nesses parâmetros, a instrução do aluno deve ser repassada através dos conhecimentos básicos associados agora com o conhecimento científico e tecnológico sobre a utilização nas áreas de atuação.

A proposta é que o aluno desenvolva todas as suas capacidades cognitivas pesquisando, informando-se, analisando, selecionando, aprendendo, criando, formulando. (BRASIL, 1998).

Os PCN's afirmam que:

“O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” – cidadão”. (BRASIL, 2000, p.10).

Sendo assim, o educando é preparado para o mercado de trabalho, exercendo, na prática, o social. Os PCN's do Ensino Médio são divididos em três áreas: - Linguagens, Código e suas Tecnologias, - Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Sempre com a base na prática educacional, desenvolvida na perspectiva de interdisciplinaridade. O desenvolvimento parte da educação científica e tecnológica, na resolução de problemas socioculturais associadas ao humanismo e tecnologia.

O governo federal dispõe, além dos PCN's, vários recursos para a educação da cidadania. Um desses mecanismos é uma cartilha lançada em 2007 pelo Ministério da Educação intitulada “Ética e Cidadania, Construindo Valores na Escola e Sociedade”. O seu principal objetivo é “contribuir para a criação de ambientes éticos nos espaços educativos”. (Brasília, 2007).

Os autores dessa cartilha trazem ideias, propostas, metodologias, referenciais teóricos e exemplos concretos de ações para a educação da cidadania, com a participação dos educadores, gestores e familiares.

O objetivo é:

um bom caminho para um trabalho que vise à democracia e à cidadania. Entendemos, com isso, que a escola pode e deve ter um papel fundamental na construção de valores de ética e de cidadania que auxiliem os membros que ali convivem a pautarem sua vida pessoal e coletiva no respeito às diferenças. (BRASÍLIA, DF, 2007, p.10).

A contribuição dos autores é que, com as suas experiências e o compromisso com a educação pública de qualidade inseridas nos textos dessa cartilha, eles possam contribuir com o trabalho do educador através da reflexão e prática com a construção de um novo modelo educacional. A cartilha é dividida em cinco capítulos, os quais são intitulados: 1º- Inclusão Social e Educação, 2º- Direitos Humanos e Educação, 3º- Ética e Educação, 4º- Convivências Democrática e Educação, 5º- Ética, Cidadania e Educação.

Enfim percebe-se que a educação brasileira está baseada em muitas metodologias para o melhor acesso e aplicação da cidadania. O educador e todo o corpo docente podem ler e explorar o máximo de informações e orientações na formação do projeto de cada disciplina apresentada.

Os PCN's dão suporte ao educador, mostrando a ele o agir e o refletir sobre sua prática educacional na responsabilidade e importância quanto à "formação do povo cidadão brasileiro". (BRASIL, 1997).

Como esclarece Souza aos professores:

Esperamos que os **Parâmetros** sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para sua formação e atualização profissional. (BRASIL, 1998, p. 5).

2.2 Formação da cidadania nas áreas do conhecimento

Em **Língua Portuguesa** é sugerido que se tenha uma atenção em relação à expansão dos conhecimentos do aluno em domínio da língua e linguagem, propiciando uma facilidade de se comunicar e expressar de maneira hábil em qualquer situação, expondo suas opiniões de forma crítica, sem preconceito em relação às variedades linguísticas existentes não somente no aspecto oral, mas também na leitura e na escrita. (BRASIL, 1998).

Na **Matemática** é proposto um ensino de temas que abordem o “mundo do trabalho, das relações sociais, e da cultura” (BRASIL, 1998 p.59), uma vez que esse conteúdo faz parte do cotidiano, em que os alunos precisam desenvolver o conhecimento, ou seja, praticar os seus ensinamentos a todo o momento, atuando como um facilitador e contribuinte para a resolução de problemas matemáticos.

O conteúdo de **História** contribui para que o aluno possa construir o seu pensamento e atitude de cidadão, fazendo uma comparação entre o presente e o passado, percebendo, assim, a construção da sociedade e sua evolução através da contribuição do conjunto de indivíduos, ao longo dos tempos, juntamente com suas crenças e valorização de sua cultura em busca de sua identidade. Com isso, o aluno poderá respeitar a pluralidade cultural e construir sua própria identidade, inserido dentro de uma sociedade, com o intuito de participar e contribuir para a mesma. (BRASIL, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998 p.61) propõem como conteúdo da **Geografia** um pensar de uma disciplina não apenas com fins econômicos, mas voltada para a reflexão do homem e natureza, num aspecto cultural através de uma valorização “como atores coadjuvantes dos processos que estão constantemente transformando essas paisagens e lugares”. Isso remete à construção do respeito ao hábitat do educando e do outro, sempre na eminência de descobrir coisas novas em um mundo tão diverso, “fortalecendo o espírito de solidariedade como cidadão”. (BRASIL, 1998 p.62).

Quanto a **Ciências Naturais**, os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam uma série de assuntos pertinentes ao convívio social, organizado em eixos temáticos como “Vida e Ambiente”, “Ser Humano e Saúde”, “Tecnologia e Sociedade” e “Terra e Universo” (BRASIL, 1998, p.62), que proporcionam ao aluno um saber permanente, não apenas da teoria, mas impulsionando-o a questionar, de forma crítica e construtiva, a ciência para a sua formação cidadã, juntamente com o auxílio da escola e do professor para a construção de um conhecimento desenvolvido na prática.

O conteúdo de **Educação Física** deve proporcionar ao aluno um ambiente de interação, em que ele possa compartilhar os seus conhecimentos sobre saúde e exercícios físicos, expressando-se de forma alegre e descontraída, “buscando o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos”. (BRASIL, 1998, p.62).

A **Arte** que outrora era apenas uma questão de lazer ou exercício de habilidades motoras, ganha destaque e apreço por parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), pois proporciona ao aluno um desenvolvimento artístico, trazendo um conhecimento não apenas de sua capacidade, mas também construindo uma conexão com a Arte mundial e seus idealizadores.

O conteúdo de **Língua Estrangeira** contribui para a formação cidadã do aluno, abordando o “engajamento discursivo” (BRASIL, 1998, p.63), no contexto social. Eles “se articulam com os temas transversais, pela possibilidade que a aprendizagem de línguas traz para a compreensão das várias maneiras de se viver a experiência humana”. Com isso, faz-se necessário uma pesquisa no âmbito escolar e na comunidade, para saber a opinião dos alunos em relação à preferência do idioma a ser estudado.

A abordagem da cidadania em **Linguagem, Código e suas Tecnologias**, referentes aos PCN’s do Ensino Médio, destaca a linguagem como o mecanismo de comunicação de uma sociedade onde nesta se produz o sentido, o qual o indivíduo constrói uma interação entre o mundo e consigo. A comunicação e a interação se ajustam com o conhecimento e uso de uma língua estrangeira, auxiliando no contato com outras pessoas e culturas diferentes da qual o sujeito está inserido. A informação está ligada ao uso da informática, compartilhando o conhecimento. O foco da área é inserir o aluno num mundo “letrado e simbólico”, ao qual este venha desenvolver as relações sociais como cidadão. A interdisciplinaridade se dá com o Português, Literatura, Língua Estrangeira, Educação Física, Artes e Informática. (BRASIL, 2000).

Os PCN’s do Ensino Médio afirmam:

No mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos, é, mais do que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada. (BRASIL, 2000, p.20).

A aplicação e aprendizagem de cidadania na área de **Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias** é diferente da aplicação realizada no Ensino Fundamental, uma vez que a aprendizagem:

“deve contemplar formas de apropriação e construção de sistemas de pensamento mais abstratos e ressignificados, que as trate como processo cumulativo de saber e de ruptura de consensos e pressupostos metodológicos. A aprendizagem de concepções científicas

atualizadas do mundo físico e natural e o desenvolvimento de estratégias de trabalho centradas na solução de problemas é finalidade da área[...]”.(BRASIL,2000,p.20).

A matemática destaca-se como uma linguagem na resolução de problemas reais, associada a expressão e comunicação e a outras ciências. Sua contribuição juntamente, com a Ciência da Natureza e suas Tecnologias, compreendem o auxílio na ação, planejamento, execução e avaliação, no projeto de intervenção da realidade. Sua interdisciplinaridade se completa com o conhecimento da Física, Química e Biologia.

A área de **Ciências Humanas e suas Tecnologias** apresenta a Filosofia como seu eixo central, uma vez que o conhecimento gera consciência crítica e criativa, de respostas adequadas a problemas atuais e no surgimento de situações novas.

A cidadania é ensinada para que o educando entenda a sociedade e a construção humana, avaliando o seu papel e exercício da prática como cidadão. O seu conhecimento fará com que entenda a si próprio e a sua intervenção na sociedade. A sua reflexão se dá através do impacto com as tecnologias no desenvolvimento e na estruturação das sociedades.

Sua interdisciplinaridade se constrói com os estudos da Filosofia e Sociologia, que são fundamentais na construção e desenvolvimento da cidadania. (BRASIL, 2000).

Portanto, o que se percebe é que tudo gira em torno da construção e do conhecimento para a prática da cidadania, do indivíduo em si e com a sociedade, fazendo que este possa agir e refletir o tempo todo sobre suas atitudes.

2.3 Intervenção educacional-social

Percebe-se que ensinar cidadania no ambiente escolar não é tão simples como parece, pois requer um preparo muito grande por parte do educador. As propostas são diversas, porém, com uma boa elaboração e competência, o difícil pode tornar-se fácil. O educador precisa trazer para os alunos temas que os façam refletir sobre a sua realidade, estimulando-os na busca pelo conhecimento. Sendo assim, é necessária uma abordagem das temáticas transversais nas escolas para a formação do homem e da sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 65) sugerem uma intervenção urgente sobre questões sociais:

A Lei Federal n.º 9.394/96, em seu artigo 27, inciso I, também destaca que os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Com uma proposta mais abrangente no campo educacional, os Temas Transversais: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo surgem como temas mais específicos, concretos e diferenciados, pois abarcam conteúdos de caráter interpessoal e coletivo “à participação e à co-responsabilidade de trabalhar pela efetivação do direito de todos à cidadania”. (BRASIL, 1998 p.65).

O professor e a escola têm liberdade de adaptá-los conforme a realidade de seus alunos. Dessa forma, o propósito a ser alcançado é o desenvolvimento dos alunos, dando a eles, autonomia para interferir nesta realidade e transformá-la.

A **Ética** “designa tanto a realidade como o saber, relacionados com o comportamento responsável em que entram em jogo a bondade ou a maldade da vida humana”. (CALDEIRÃO; BAZOLI e BRUNETTA, 2010, p.1). É um item de grande valor no caráter do ser humano, pois abrange todo o seu universo interior e é sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais como “um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral”.(BRASIL, 1998 p.66). Contudo, só se conhece o resultado desse trabalho quando o aluno, em situação real consegue por si só solucionar problemas de forma amigável, posicionando-se de maneira crítica, sabendo impor a sua opinião sem menosprezar a do outro e tendo sempre uma atitude de respeito com o próximo.

A **Saúde** não pode ser vista somente como uma questão pessoal, deve ser um assunto de todos já que envolve vários aspectos coletivos como: falta de saneamento básico, desemprego,

etc. A escola, como ambiente de interação, deve instruir seus alunos na manutenção de uma vida saudável, de forma que eles transmitam o conhecimento para outros ao seu redor, ou seja, que possam promover ou sugerir soluções que mudem a comunidade onde vivem, trazendo para elas uma melhor qualidade de vida. “Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social”. (BRASIL, 1998 p.67).

O tema sobre a sexualidade ganha destaque nas últimas décadas. O tema **Orientação Sexual**, salienta que se deve esclarecer aos alunos sobre a sexualidade, tratando questionamentos de forma que se consiga sanar todas as dúvidas dos educandos sem violar a intimidade dos mesmos. (BRASIL, 1998).

Outro assunto bem explanado nos últimos anos é a degradação da natureza pelo ser humano. Para que a geração futura desfrute do melhor deste planeta, a sua conservação deve ser começada hoje, a contribuição da escola é primordial no trabalho sobre o **Meio Ambiente**, auxiliando na “formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global.” (BRASIL, 1998 p.67).

Para preparar melhores profissionais que atuem como cidadãos no futuro, o tema **Trabalho e Consumo** foi elaborado para orientar os alunos sobre importância, posição e valorização do trabalho. Muitas dessas características refletem-se na escola, trazendo um prejuízo/preconceito da atividade familiar do aluno. O tema contribui para discussão e combate ao trabalho infantil, discriminação da raça e idade no ambiente do trabalho, acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e direito do consumidor, já que são assuntos pertinentes a toda sociedade. (BRASIL, 1998).

Sabe-se que o Brasil é um país formado por várias etnias, transformando, assim, a população brasileira em uma das mais diversificadas do mundo. Esta **Pluralidade Cultural** muitas vezes não é bem interpretada por parte dos próprios brasileiros, uma vez que cada região brasileira tem “características próprias”. (BRASIL, 1998 p.69). A escola como espaço de compartilhamento de conhecimentos, deve capacitar os futuros cidadãos desse país a respeitar e valorizar a cultura do seu semelhante assim, todos trabalharão para a construção de um país mais democrático.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que os Temas Transversais devem ser trabalhados durante toda a escolaridade do aluno, uma vez que é um ensinamento a longo prazo, que não deve ser feito da noite para o dia, já que lhes são atribuídos valores morais.

CAPÍTULO III

PERFIL DOS PROFESSORES DE INGLÊS QUANTO A SUA PRÁTICA DE ENSINO COM O TEMA CIDADANIA

3.1 Metodologia

Neste capítulo, serão apresentados os dados referentes ao perfil dos professores do ensino fundamental e médio da Rede Estadual de Montes Claros sobre a aplicação dos PCN's de Língua Estrangeira dentro do ambiente escolar e os dados sobre os significados do termo de CIDADANIA que abrange a sua disciplina. A pesquisa foi realizada nas escolas da Rede Estadual de ensino, nas séries do 5º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, e nas séries do 1º ano ao 3º ano do Ensino Médio. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois o trabalho desenvolvido foi de caráter exploratório com característica em que os entrevistados se sentissem livres para pensarem e refletirem sobre o tema proposto. É também de cunho quantitativo, uma vez que o instrumento utilizado foi um questionário com análise dos resultados em tabelas e gráficos. Gatti contribui com:

A combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado. (GATTI, 2004, p. 13).

Gatti, ainda, afirma que:

É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza), e de outro ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, sem relação a algum referencial não tem significado em si. (GATTI, 2007, p. 29).

Buscando, ainda, conjugar o uso de dados quantitativos, Gatti (2004) argumenta que alguns problemas educacionais, para serem contextualizados e compreendidos, necessitam ser qualificados através de dados quantitativos. Para Triviños (1995, *apud* MACHADO, 2012, p.29) “a pesquisa qualitativa é entendida como uma expressão genérica, ou seja, que pode compreender atividades de investigação com denominações específicas e também com traços comuns”.

Em relação à pesquisa qualitativa, Oliveira (2007, p. 37, *apud* MACHADO, 2012, p.29) apresenta:

[...] conceituamos abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva.

Segundo Richardson (1989) *apud* Dalfono; Lana e Silveira (2008, p.7) o método qualitativo “caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas”.

Como procedimento de investigação utilizamos a entrevista semi-estruturada com os 14 professores da Rede Estadual de Ensino da cidade de Montes Claros. Esta entrevista baseia-se na combinação de um roteiro sistematizado com perguntas fechadas e abertas que permitirá à pesquisadora se apoiar ao elaborar as questões nas quais pretende abordar. Para Minayo (1994), neste tipo de entrevista, não há necessidade de questionamentos ásperos, severos quanto aos assuntos a serem trabalhados porque esta é determinada, geralmente, pelas aflições e relevâncias que manifestam da fala dos entrevistados ao se discutirem os assuntos em pauta. De acordo com essa autora, suas qualidades consistem em: “[...] enumerar, de forma mais abrangente possível, as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto de investigação”. (MINAYO, 1994, p.121).

Lakatos e Marconi (1985) *apud* Castoldi e Polinarski (2009), avaliam que, na pesquisa qualitativa, o ambiente inato é a fonte para coleta dos dados e, estes são analisados de forma evidente e clara em que o processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A coleta de dados quantitativos se deu por meio da aplicação de um questionário a alguns professores das 5º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ano ao 3º ano do Ensino Médio, para, assim, traçar o perfil e investigar os significados ensino/aprendizagem e a prática dos professores referente ao Tema Cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para tanto, foram distribuídos 20 questionários em 11 escolas do município.

Desses questionários, 14 foram respondidos pelos professores. O questionário, segundo Lakatos e Marconi (1991), é um instrumento de coleta de dados composto por uma série de perguntas de forma ordenada que devem ser respondidas pelo entrevistado por escrito, sem contar com a presença do pesquisador. De acordo com essa mesma autora, o questionário deve ser precedido de carta ou nota explicativa do objetivo, importância e necessidade da pesquisa, na tentativa de despertar o interesse do entrevistado de forma que ele responda e devolva o questionário em tempo hábil.

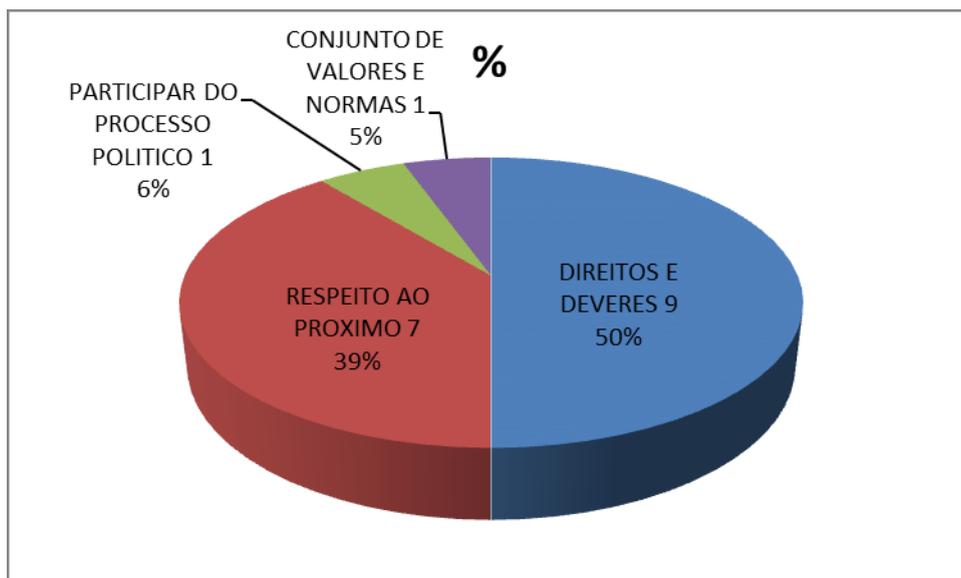
Após a aplicação do questionário, todos eles foram recolhidos e usados para a análise. Após a seleção inicial das escolas, os professores foram procurados e convidados a participar da pesquisa, respondendo ao questionário individualmente. A análise dos questionários possibilitou o conhecimento de determinados aspectos sobre a prática do professor quanto ao trabalho com o tema cidadania segundo orientação dos PCN's. Utilizamos na análise dos dados tabelas e gráficos para uma melhor visualização e explicação dos dados da pesquisa. A tabela apresentará os dados coletados na íntegra dos questionários, possibilitando também a sua utilização para novas análises em outras pesquisas pertinentes ao assunto. No gráfico, serão apresentados os dados em percentuais, para uma melhor visualização e compreensão do que foi analisado.

A primeira pergunta do questionário feito aos professores foi a seguinte: Para você o que é cidadania?

Tabela- 2- Apresentação na íntegra das respostas da 1º questão

	Direitos e Deveres	Respeito ao Próximo	Participar do Processo Político do País	Conjunto de Valores e Normas
Professor A	X			X
Professor B	X			
Professor C	X			
Professor D	X		X	
Professor E	X			
Professor F	X			
Professor G		X		
Professor H		X		
Professor I	X	X		
Professor J	X	X		
Professor K		X		
Professor L		X		
Professor M	X	X		
Professor N	X			

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Gráfico-1 - Caracterização da resposta n.º 1

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Conclui-se que 50% dos professores conceituaram a Cidadania como Direitos e Deveres, 39% como Respeito ao Próximo, 6% a Participação do Processo Político do país e 5% como Conjunto de Valores e Normas.

Na segunda pergunta, foi questionado: Você, como professor de língua estrangeira tem conhecimento sobre o que falam os PCN' sobre Cidadania?

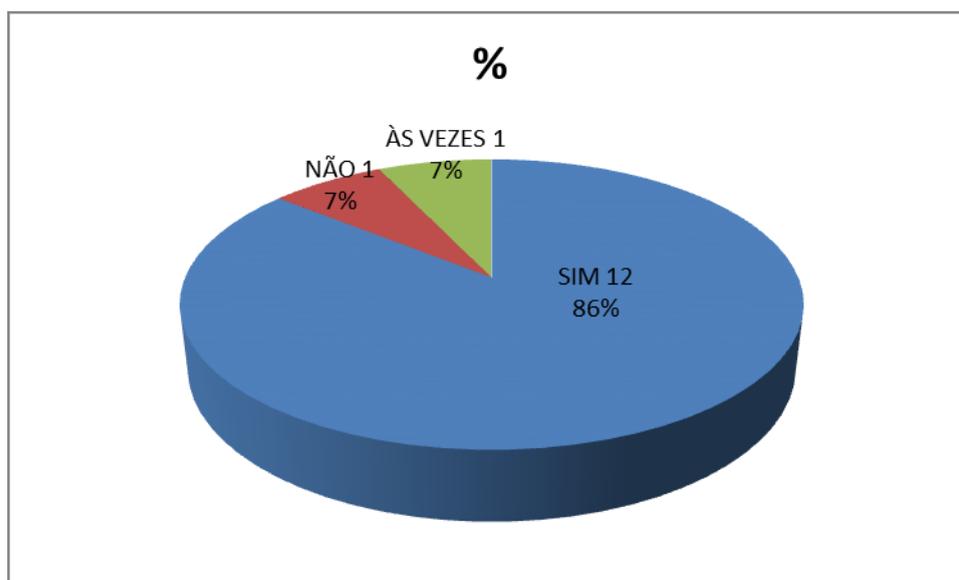
Os professores foram unânimes nesta questão: a resposta foi "SIM". Diante dessa resposta, percebemos que os professores têm conhecimento sobre o trabalho com a cidadania, a grande questão é como ele trabalha em sala de aula e se realmente aplica esse conhecimento, como veremos na próxima pergunta feita no questionário.

Na terceira pergunta, foi questionado aos professores: Você aplica este conhecimento em sala de aula?

Tabela-3

	SIM	NÃO	ÀS VEZES
Professor A	X		
Professor B	X		
Professor C	X		
Professor D	X		
Professor E	X		
Professor F	X		
Professor G	X		
Professor H	X		
Professor I		X	
Professor J	X		
Professor K	X		
Professor L	X		
Professor M	X		
Professor N			X

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Gráfico-2

Fonte: Pesquisa realizada no período de Abril e Maio de 2013

Podemos concluir de forma satisfatória que grande parte dos professores aplica os conhecimentos sobre cidadania, pois 86% afirmaram que aplicam os conhecimentos em sala de aula, e apenas 7% disseram que não e outros 7% disseram às vezes.

Dando continuidade a terceira pergunta, perguntamos ainda: Como? Explicitamente ou implicitamente?

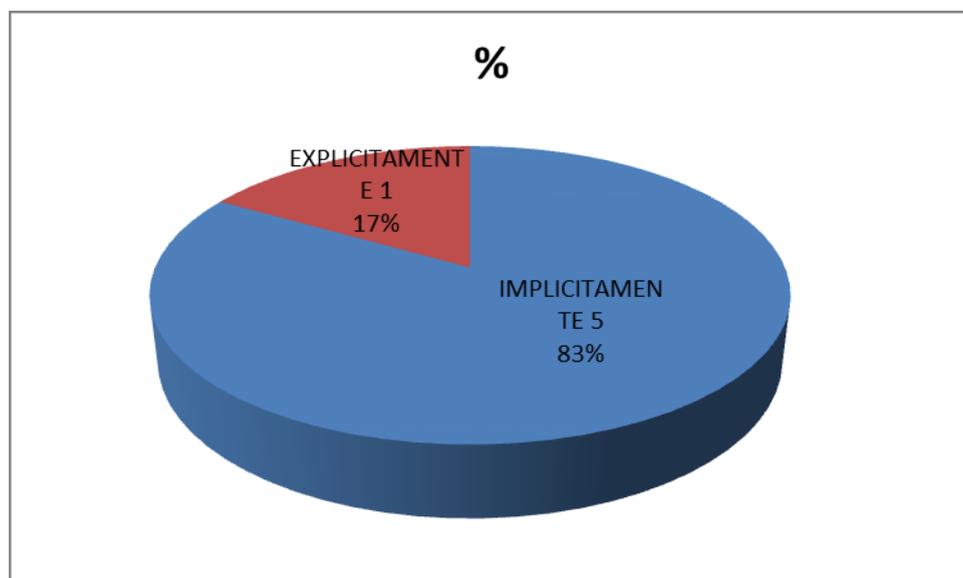
Aqui se faz necessária uma análise em duas vertentes, 1º: porcentagem em respostas semelhantes e outra como descrição de algumas, pois suas respostas abrem um leque de possibilidades de reflexões.

Tabela- 4

	IMPLICITAMENTE	EXPLICITAMENTE
Professor C	X	
Professor F	X	
Professor G	X	X
Professor J	X	
Professor K	X	

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio

Gráfico-3



Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Apura-se que 83% aplicam o conteúdo de forma implícita e apenas 17% explicitamente. A resposta dos professores abre um leque de discussões no sentido de que, diante dos dados coletados, apenas 17% falam ou trabalham explicitamente sobre a cidadania, não seria essa a falha que nós como educadores, estamos cometendo? Como tratar de um assunto tão importante, que é a formação de cidadãos críticos e participativos, abrangendo-a esses aspectos de compreensão, conhecimento, percepção da cidadania com caráter afetivo natural com uma moralidade transparente na atuação do exercício da cidadania que se envolvam na comunidade, sendo que a maioria, 83%, trabalha de forma implícita? Não seria essa a grande dificuldade?

Nossos alunos têm maturidade para perceber, nas entrelinhas, um assunto tão pertinente e importante para a sua formação com o cidadão?

Descrição de algumas respostas, na íntegra:

Professor B- “As abordagens são exercidas de forma contextualizada”.

Professor D- “Com muita ressalva já que os alunos não têm conhecimento prévio e interesse pelo assunto”.

Professor E- “Através de textos, debates, filmes”.

Professor L- “Através de atividades em que os alunos usem a cidadania dentro da sala e suas casas”.

Professor N- “Mostrando aos meus alunos que eles têm bons caminhos a trilhar basta ter conhecimento”.

O que se percebe através destas respostas é que os professores se preocupam com a formação e prática da Ética dos seus alunos. É interessante ressaltar, como diz a professora D, que faz o trabalho com ressalvas porque os alunos não têm conhecimento prévio e interesse pelo assunto, que essa é uma dificuldade geral para os professores independente da disciplina, e que muitas vezes se torna uma barreira que o professor precisa ultrapassar para conseguir formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades morais e éticas.

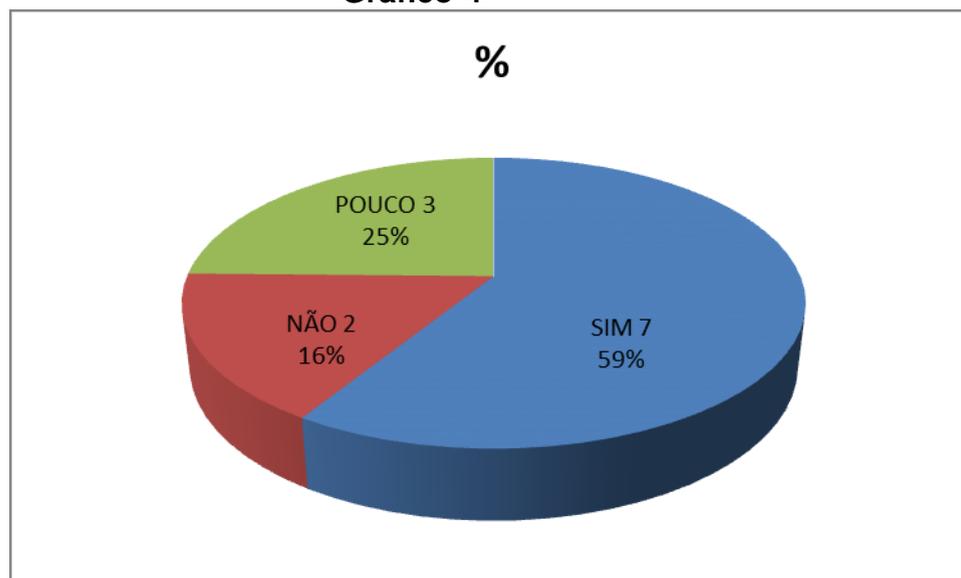
Na quarta pergunta, foi questionado: Quando este tema é ensinado, você percebe uma aceitação por parte dos alunos nas séries em que você leciona? Como?

Tabela- 5

	SIM	NÃO	POUCO
Professor A			X
Professor B	X		
Professor C			X
Professor D			X
Professor E	X		
Professor F	X		
Professor G (NÃO RESPONDEU)			
Professor H	X		
Professor I		X	
Professor J	X		
Professor K			
Professor L		X	
Professor M	X		
Professor N	X		

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Gráfico-4



Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Como se percebe 59% respondeu que percebem a aceitação dos alunos quando se ensina sobre Cidadania em sala de aula. Outros 16% responderam que não e outros 25% responderam que percebem pouca aceitação. É importante chamar a atenção para a seguinte questão: se analisarmos os dados isoladamente, podemos perceber uma aceitação até razoável dos alunos, 59%. Como se trata de um assunto de extrema importância para o sujeito como indivíduo como cidadão que atuará de forma coletiva na sociedade, ainda é preocupante. Mais preocupante ainda é se juntarmos os dados dos que não têm aceitação (16%) quanto ao tema e aos que apresentaram (25%) pouca aceitação. Somando os dois, vamos para 41%. Diante desses

dados, percebemos a urgência de se intensificar o trabalho na escola sobre a cidadania, pois segundo os PCNs, a escola e a família são responsáveis por essa formação, mas, diante da desestruturação familiar na nossa sociedade, fica a cargo da escola a grande responsabilidade. Os PCN's (BRASIL, 1998), afirmam que “a ideia de desestruturação está contido um modelo de família em que não só os pais vivem juntos aos filhos como lhes oferecem fortes referências para a construção de suas identidades e de seus projetos de vida”. E diante disso, muitos pais se sentem incapacitados e se questionam com que valores e modelos de identidade os seus filhos terão para se tornarem cidadãos plenos de seus direitos e deveres, principalmente no caminho de uma vida adulta.

Diante dessa situação tão alarmante, algumas respostas requerem uma atenção maior. Por esse motivo serão descritas, pois abrem mais possibilidades de discussões.

Professor B- “Sim. O olhar em relação às atividades demonstra maturidade”.

Professor H- “Eles participam dando a opinião deles sobre os temas discutidos”.

Professor J- “Sim, tem interesse em fazer pesquisas sobre o tema”.

Professor K- “É relativo, pois a influência externa para o lado negativo do comportamento humano é maior”.

Professor N- “Sim todos demonstram interesse em saber quais são os caminhos que eles têm para que trilhar”.

Percebe-se que se o professor procura desempenhar ao máximo o seu trabalho como educador e peça fundamental para ensino/aprendizagem da cidadania. Diante das respostas, percebemos, também, que os alunos se interessam e há uma interação na construção deste tema. Mas precisamos chamar atenção para o fato de que o trabalho sobre cidadania deverá ser feito todos os dias, pois, como uma professora mesmo disse a percepção para desempenhar o papel de cidadão não é fácil, pois “a influência externa para o lado negativo do comportamento humano é maior” (professora K) e, diante de tantas questões sociais existentes, que necessitam de um conhecimento e uma estrutura capazes de resolver qualquer conflito, tanto pessoal quanto social, o professor e a escola têm um papel fundamental.

Foi perguntado ainda aos professores: Em 2007, o governo federal lançou um livro denominado “Ética e Cidadania, Construindo valores na escola e sociedade”. Você o conhece?

Novamente os professores foram unânimes nesta questão: a resposta foi “NÃO”.

Este livro se encontra no portal do professor do Ministério da Educação e Cultura (MEC). É um livro de fácil acesso já que é um complemento didático para o ensino e prática da ética e cidadania no ambiente escolar. Percebe-se que, pelo fato de não conhecerem esse livro, eles não o utilizam em sala e perdem a oportunidade de desenvolverem um trabalho mais consistente sobre a cidadania.

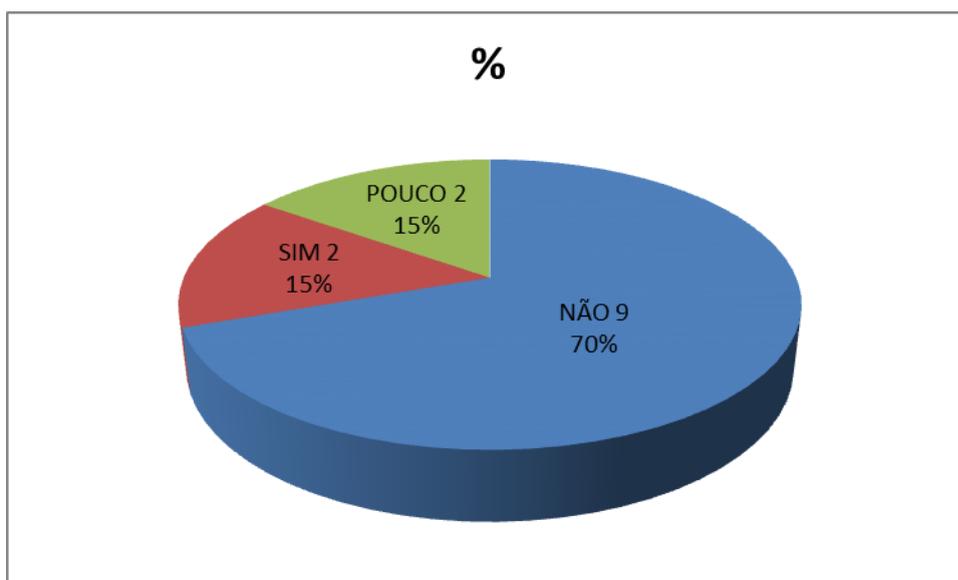
Na sexta pergunta, abordamos o seguinte: Para você, o Ministério da Educação tem investido na instrução dos professores quanto ao tema Cidadania? Como?

Tabela-6

	SIM	NÃO	POUCO
Professor A (NÃO ESTÁ INFORMADO)			
Professor B	X		
Professor C			X
Professor D		X	
Professor E			X
Professor F		X	
Professor G		X	
Professor H		X	
Professor I		X	
Professor J	X		
Professor K		X	
Professor L		X	
Professor M		X	
Professor N		X	

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Gráfico-5



Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Percebemos na análise do gráfico que 70% dos professores disseram que o Ministério da Educação não tem investido na instrução dos professores quanto ao tema cidadania, 15% disseram que sim e outros 15% disseram que pouco tem sido a capacitação sobre o tema.

É necessário descrever algumas respostas para analisar os anseios dos professores quanto ao investimento do Ministério da Educação quando o assunto é investimento na formação de professores em relação ao ensino/aprendizagem da Cidadania.

Professor E- “Em parte. É preciso investir mais em capacitações e projetos”.

Professor I- “Não! A alienação é total salve-se quem puder”.

Professor L- “Não, não existe qualquer tipo de curso para tal assunto”.

Professor M- “Não. Deveria investir mais e voltar as disciplinas Moral e Cívica, Diversidade e Educação no Trânsito”.

Diante das resposta dos professores, percebe-se que eles se sentem um pouco “abandonados”, desmotivados diante do trabalho com um tema tão fundamental para a formação de cidadãos e nenhuma capacitação é oferecida. Entende-se que além da formação teórica e prática, que é necessária, enfrentamos uma sociedade com inúmeras e rápidas transformações e que a escola e o seu corpo docente precisam acompanhar.

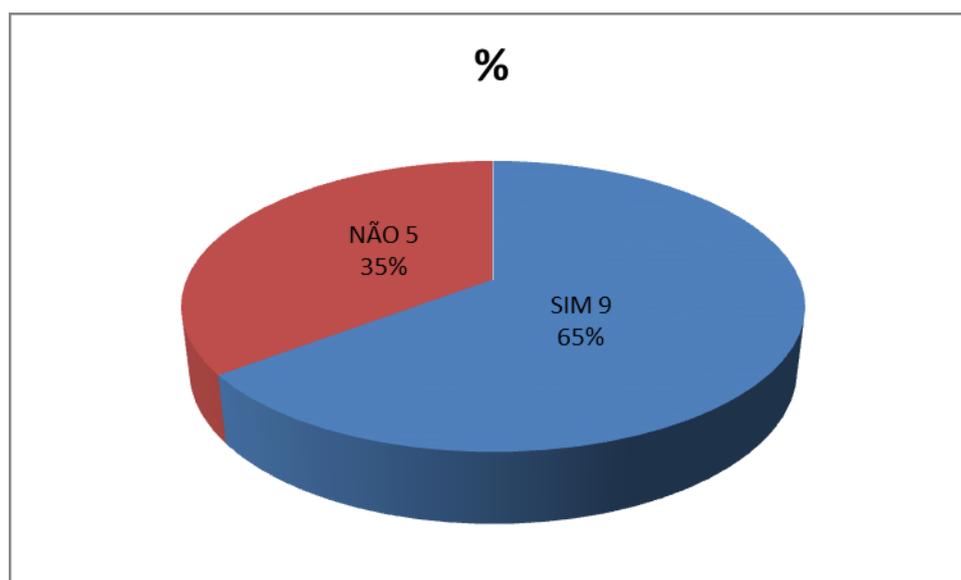
Na sétima pergunta questionou-se: A escola na qual você leciona tem projetos sobre educação para a Cidadania? Cite algum.

Tabela-7

	SIM	NÃO
Professor A	X	
Professor B	X	
Professor C	X	
Professor D		X
Professor E	X	
Professor F		X
Professor G		X
Professor H	X	X
Professor I		
Professor J	X	X
Professor K		
Professor L	X	
Professor M	X	
Professor N	X	

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Gráfico-6



Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Percebe-se que 65% das escolas em que os professores lecionam possuem algum projeto para a construção para a Cidadania e os outros 35% não possuem ou são desconhecidos pelos

professores.

As escolas precisam buscar parcerias para a inserção da Cidadania em seu ambiente. Percebe-se que o envolvimento do corpo docente é de fundamental importância para a comunicação e a elaboração de materiais que abordem este Tema.

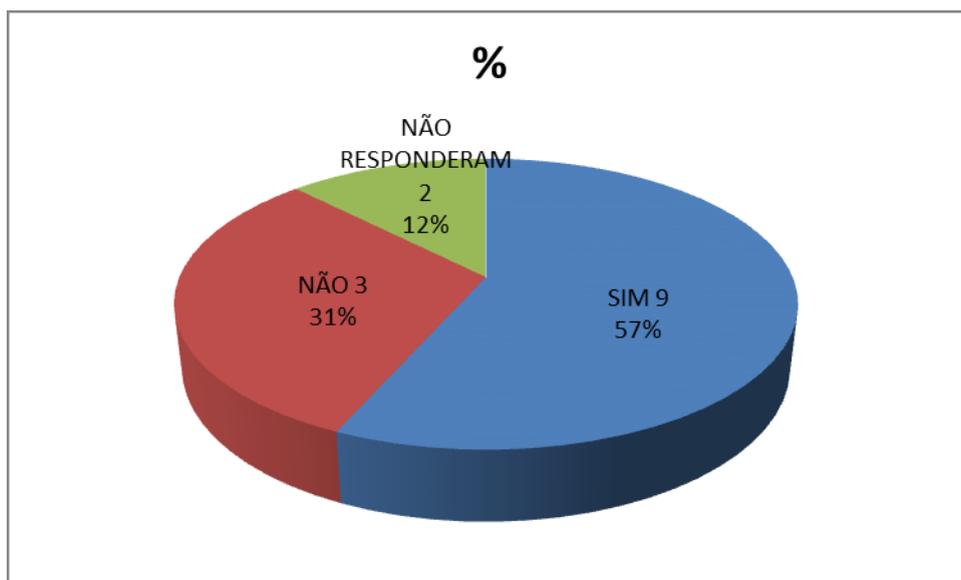
Já na oitava pergunta, questionamos: Quando o aluno participa de algum projeto sobre Educação para a Cidadania, você percebe alguma mudança no seu caráter ou comportamento? Dê algum exemplo.

Tabela- 8

	SIM	NÃO
Professor A	X	
Professor B	X	
Professor C	X	
Professor D		X
Professor E	X	
Professor F (NÃO RESPONDEU)		
Professor G(NÃO RESPONDEU)		
Professor H	X	
Professor I		X
Professor J	X	
Professor K		X
Professor L	X	
Professor M	X	
Professor N	X	

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Gráfico-7



Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Os dados demonstram, através das respostas, que 57% dos professores percebem alguma mudança no comportamento ou caráter do aluno ao trabalhar com o tema Cidadania, outros 31% disseram que não e outros 12% não responderam a pergunta. Esses dados demonstram a importância do trabalho com a cidadania nas escolas e que realmente acontecem mudanças no comportamento dos alunos dando-nos um sentimento de muita satisfação no sentido de que é possível provocar mudanças nesses alunos e, em consequência na sociedade, desde que os professores entendam essa necessidade e importância do trabalho voltado para a cidadania.

Analisemos as respostas dos professores:

Professor E- “Sim. A grande maioria dos alunos melhoram a disciplina”.

Professor H- “Sim. Participam mais das aulas”.

Professor J- “Sim, disciplina, educação, respeito”.

Professor M- “Sim, o aluno passa a observar as pessoas de outra forma e agir de maneira diferente”.

Professor N- “Sim. Temos depoimento da mudança da sua filha em casa e a sua melhora na escola”.

Através das respostas, compreende-se que um bom trabalho desempenhado pelos professores reflete de maneira positiva no aluno, pois ele se sente mais motivado ao estudar e se capacitar para ser e desempenhar da melhor maneira o seu papel de cidadão.

Diante do questionamento da nona pergunta: Em sua opinião, o que falta para que o

professor trabalhe com Educação para Cidadania? Você poderá marcar mais de um item.

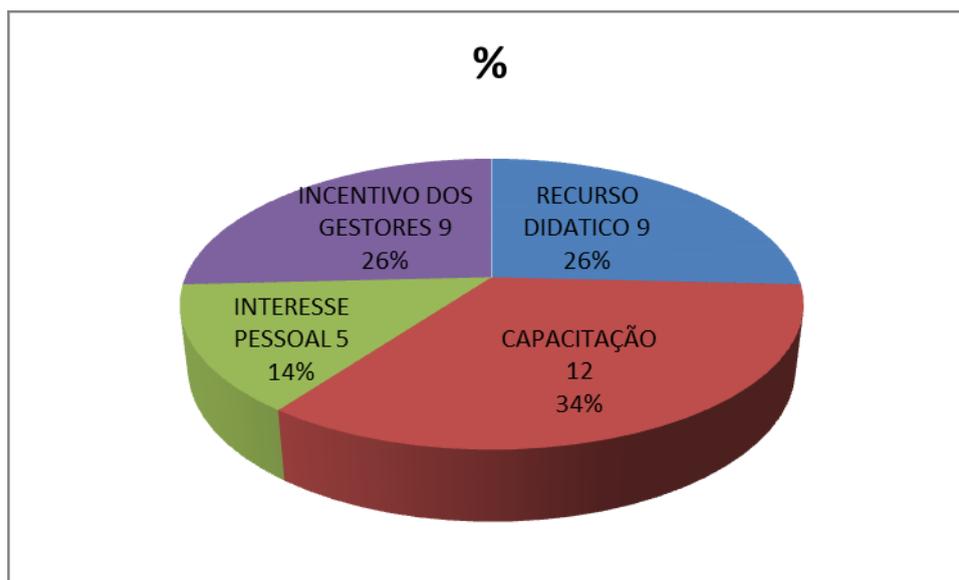
Eles responderam:

Tabela- 9

	Recurso Didático	Capacitação	Interesse Pessoal	Incentivo dos Gestores
Professor A	X	X		
Professor B		X		
Professor C	X	X	X	X
Professor D	X	X	X	X
Professor E	X	X		
Professor F	X			X
Professor G	X	X		X
Professor H		X	X	
Professor I	X	X	X	X
Professor J		X		X
Professor K(não respondeu)				
Professor L		X		X
Professor M	X	X		X
Professor N	X	X	X	X

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Gráfico- 8



Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Através do gráfico nota-se que a capacitação (34%) é o fator que mais anseia os professores sobre o ensino/aprendizagem da Cidadania. Isso demonstra que os professores acreditam que não ensinar Cidadania em sala de aula ocorre pela falta de Capacitação do próprio professor. Outros 26% acreditam que precisam de recursos didáticos para orientação do professor. Nesta mesma porcentagem estão os que acreditam na falta de incentivo por parte dos gestores da escola ao qual lecionam e 14% acreditam na falta de interesse pessoal. Esses dados requerem uma reflexão por parte de todos os envolvidos na Educação, uma vez que esses problemas partem de segmento diferentes que precisam se unir para oferecer uma Educação de qualidade para todos os cidadãos.

Quando perguntamos na décima: Quais características devem possuir aqueles que ensinam e promovem a teoria e a prática da Cidadania? Você poderá marcar mais de um item. Eles responderam:

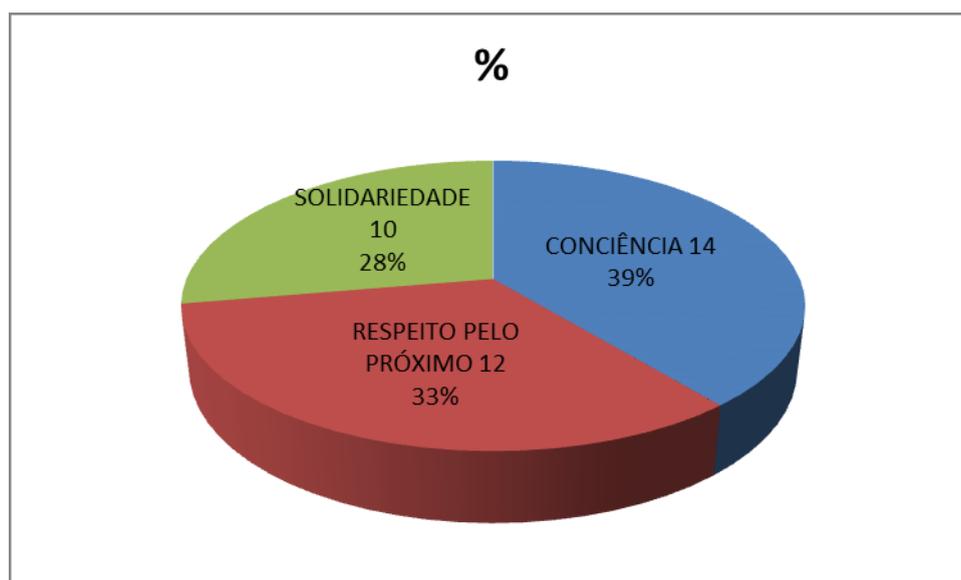
Tabela-10

	Consciência	Respeito pelo próximo	Solidariedade
Professor A	X	X	X
Professor B	X		
Professor C	X	X	X
Professor D	X	X	X
Professor E	X	X	X
Professor F	X	X	X
Professor G	X	X	X
Professor H	X	X	
Professor I	X	X	X
Professor J	X	X	
Professor K	X	X	X
Professor L	X		
Professor M	X	X	X
Professor N	X	X	X

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Percebe-se que grande parte dos professores deu as mesmas respostas, como podemos analisar no gráfico abaixo.

Gráfico -9



Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Estas respostas da questão 10 apresentam pouca diferença percentual, pois 39% dos professores responderam que é necessário uma consciência ética para o ensino/aprendizagem da

Cidadania. O respeito ao próximo também tem seu destaque com 33% e 28% responderam que a solidariedade também deve ser uma característica marcante no perfil do professor. O professor precisa ter em mente que o que respondeu deve transparecer na sua prática em sala de aula, pois é onde ele demonstra, através de atitudes diárias, o que respondeu no questionário, tendo sempre em mente que os gestos e atitudes falam, na maioria das vezes, mais do que as palavras.

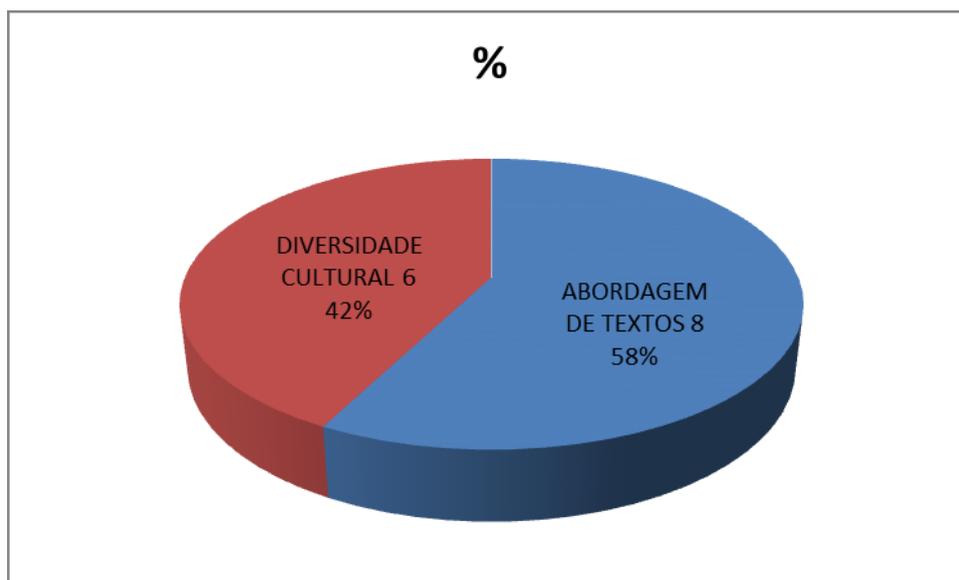
A décima primeira questão abordou o seguinte: Como você utilizar a disciplina de Língua Estrangeira para ensinar Cidadania?

Tabela-11

	ABORDAGEM DE TEXTOS	DIVERSIDADE CULTURAL
Professor A		X
Professor B	X	
Professor C	X	
Professor D		X
Professor E	X	
Professor F	X	
Professor G	X	
Professor H	X	
Professor I		X
Professor J	X	
Professor K		X
Professor L		X
Professor M	X	
Professor N		X

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Para melhor compreensão, analisemos o gráfico:

Gráfico -10

Fonte: Pesquisa realizada no período de abril e maio de 2013

Denota-se, através do gráfico, que as duas vertentes praticamente andam juntas, uma com 42% e a outra com 58%, sendo que uma contribui para a outra, pois na prática em sala de aula, a diferença entre ambas não é tão grande, sabemos também que o professor utiliza vários outros recursos para trabalhar esse tema como, por exemplo, a utilização de filmes e músicas.

Conclui-se através deste questionário e dos dados apresentados que o termo cidadania é de grande importância na prática docente, pois o seu objetivo é a formação de cidadãos críticos e conscientes em meio à sociedade em que estão inseridos. Podemos perceber que por mais que os professores encontrem dificuldades em desenvolver sua prática docente, eles têm se empenhado o máximo para que o seu trabalho seja eficaz e produtivo, causando um impacto na vida dos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo, o termo cidadania pôde ser visto em múltiplas vertentes. Desde a sua origem, a expressão cidadania foi construída pautada na igualdade e liberdade entre os homens. Em face ao contexto escolar, tornou-se um assunto bastante discutido. Nota-se que é fundamental que a sociedade passe a buscar uma justiça social e igualdade de oportunidades pela educação. (ARAÚJO, 2008).

Em busca de consolidar o papel da educação na formação do futuro cidadão, os educadores possuem como auxílio os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Juntamente com a escola, o governo, as organizações sociais e a família, devem garantir que a educação atue no processo de construção da cidadania e a formação do cidadão.

A análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais mostrou que, dentro das disciplinas, o tema cidadania pode ser abordado de forma que o educando, com a parceria do professor, exerça a prática da cidadania através do respeito às diversidades culturais, sociais e políticas dentro do contexto escolar, passando da teoria para a prática.

O estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais tem o intuito de proporcionar um conjunto de conhecimentos que permita ao professor, através dos seus conhecimentos e exemplos, criar uma mentalidade de socialização no aluno para o exercício da cidadania.

Nesse processo, a família é um fator importante segundo os PCN's. pois é dentro dela que ocorre a fase inicial e toda a caminhada rumo ao desenvolvimento pleno do cidadão. Isso ocorre de forma implícita, quando valores e ideais vão sendo agregados ao processo de formação.

Pensar na parceria entre família e escola, é proporcionar ao aluno um conhecimento cívico pela sociedade, pois ambos completam o nível de socialização e estabelecem regras de convivência num espaço para todos. Percebe-se que é com a união dessas duas instituições que se constrói a personalidade de cidadão, promovendo, no futuro, a busca pela igualdade e o respeito pelo próximo para uma vida em sociedade.

A pesquisa demonstrou através dos resultados que o educador de língua estrangeira, por mais que enfrente dificuldades na sua prática docente, tem a cada dia transpassado barreiras existentes na Educação. Mesmo não tendo uma capacitação oferecida pelo Ministério da Educação quando se trata do termo cidadania, ele procura, muitas vezes, por si só, ferramentas que o auxiliem em seu labor. Muitos têm procurado desenvolver o seu trabalho da melhor forma, por mais que os alunos não demostrem nenhum interesse quanto a Educação Escolar.

O desenvolvimento dos professores ao conhecimento transmitido aos alunos sempre os motiva a repensar a sua prática quando estes estão no processo de construção do saber, com a

finalidade de que esses alunos sejam transformadores da sociedade ao qual estão inseridos. Sendo, assim, exemplos de cidadãos conscientes e críticos para a formação de outros cidadãos.

Refletir sobre o processo de formação da cidadania, tendo em vista as necessidades e considerando-a como espaço de diversidade, implica em pensar no professor como alguém que se apropria ou não de determinados conceitos, levando em consideração o seu potencial, a dimensão institucional, o histórico de vida, o contexto sócio-cultural, seus valores, suas relações sociais, suas práticas, seus saberes, que podem ser provenientes tanto de sua formação inicial, continuada, como também da sua experiência profissional.

Enfim, “aquele que esqueceu suas utopias, sufocou suas paixões e perdeu a capacidade de indignar-se diante de toda e qualquer injustiça social não é um cidadão, mas também não é um marginal. É apenas um NADA que a tudo nadifica”. (FERREIRA, 1993, p. 229).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Odair José Moura. *Professores Intelectuais Transformadores e a Formação do Aluno Cidadão Crítico*. 2005. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_10109/artigo_sobre_pro%20-%2050k> Acessado em: 25 de março de 2012.

ARAÚJO, Sónia Elvira Fernandes de Almeida. *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. (Teses: 17) Editora do Ministério da Educação. Lisboa. Portugal. 2008. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_17.pdf> Acessado em: 30 de abril de 2012.

BUFFA, Ester. ARROYO, Miguel. NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* 4ª ed. São Paulo. Cortez, 1993.

BRASIL, ESTATUDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (1990). *Estatuto da criança e adolescente: disposições constitucionais pertinentes: lei 8.064, de 13 de julho de 1990*. 6º ed. Brasília. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. (Ensino de primeira à quarta série I). - Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12640:parametro_s-curriculares-nacionais1o-a-4o-series&catid=195:seb-educacao-basica> Acessado em: 15 de janeiro de 2012.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* - Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>> Acessado em: 15 de janeiro de 2012.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ENSINO MEDIO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*- Brasília: MEC, 2000, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ensinomedio.pdf>>Acessado em: 27 de maio de 2013.

BRASILIA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BASICA. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*-Brasília. DF, 2007.

CALDEIRÃO, Denise Morselli Fernandes. BAZOLI, Thiago Nunes. BRUNETTA, Nádia. *Ética e responsabilidade social: administração VIII*. São Paulo. Pearson Prentice Hall. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

CASTODI, Rafael; POLINARSKY, Celso Aparecido. Influências dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares do estado do Paraná no trabalho de Educação Ambiental escolar. *Revista Eletrônica de Mestrado no trabalho de educação ambiental. Revista do PPGA/FURG – RS ISSN 1517-1256*, v.22, janeiro a julho 2009.

DALFONO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica*

Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031

DIAS, Geisa Vitalino. *Pedagogia: Ciência da Práxis Educativa*. Universidade Estadual de Londrina. Paraná. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/temasdepesquisa/emeducao/pedagogia.pdf>> Acessado em: 14 de junho de 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação*. São Paulo. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9787.pdf>> Acessado em: 15 de maio de 2012.

FERREIRA, Claudia Puget. ANEQUIM, Fabíola Carmanhanes. BINO, Valéria Cristina P. Alves. *Importância da integração escola-família no processo pedagógico*. Tocantins. 2009. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/integracao-escola-familia/integracao-escola-familia2.shtml>> Acessado em: 16 de abril de 2012

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1993.

GATTI, Bernadete Angelina. *A Construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília, Liber Livro Editora, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, jan./abr. 2004.

GOMES, Eliab Barbosa. *(Re) Pensando cidadania: ensaios*. Feira de Santana. Universidade Estadual de Feira de Santana. Núcleo de Ética e Cidadania. NEC. 1999.

JESUS, Angela Vujanski de. *Resumo: Relação Professor/aluno na Educação Infantil*. Pedagogia ao pé da letra. 2013. Disponível em: <<http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/relacao-professoraluno-na-educacao-infantil/>> Acessado em 14 de junho de 2013.

KERKENHOFF, João Baptista. *Como funciona a cidadania*. 2ª ed. Manaus. Editora Valer. 2001.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

LODI, Lucia Helena. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_etica.pdf> Acessado em: 13 de maio de 2012.

LUIZ, Lindomar Teixeira. *A origem e evolução da cidadania*. Colloquium Himanarum. V. 4. Nº 1. Junho. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/226>> Acessado em: 13 de maio 2012.

MACHADO. Gleisa Alves. *Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil: uma função pedagógica?* TCC- Universidade Estadual de Montes Claros. Januária, 2012.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6ª ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTOYAMA, Juliane Francischete Martins. *Resgatando valores: uma parceria entre família e escola*. 2012. Disponível em: <[http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/seminario/uploadAddress/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Oral_-_Juliane_Francischetti_Martins_Motoyama\[2266\].pdf](http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/seminario/uploadAddress/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Oral_-_Juliane_Francischetti_Martins_Motoyama[2266].pdf)> Acessado em: 15 de abril de 2012.

PERRENOUD, P. *Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão*. In: PERRENOUD, P. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PINSKY, Jaime. *Cidadania e Educação*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. *A evolução do conceito de cidadania*. 2006. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>> Acessado em: 16 de julho de 2011.

SILVA, Aida Maria Monteiro. *Escola pública e a formação da cidadania: possibilidades e limites*. São Paulo. 2000. Disponível em: <<http://72.232.192.226/dados/teses/edh/br/pe/teseida.pdf>> Acessado em: 15 de setembro de 2011.

SIQUEIRA, Guilherme José Simões de. DAMACENO, Ivan Maurício. XAVIER, Itamar. ASSEF, Gabriela. SANTOS, Jayana Lopes dos. *Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança*. 2011. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/educa%C3%A7%C3%A3o/interac%C3%A3o-entre-escola-fam%C3%ADlia-no-processo-ensino-aprendizagem.htm>> Acessado em: 02 de maio de 2012

SIQUEIRA, Luciana de Oliveira Pereira. *Sociedade, escola e família*. 2010. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/sociedade-escola-fam%C3%ADlia/sociedade-escola-fam%C3%ADlia2.shtml>> Acessado em: 30 de janeiro de 2012.

SOUZA, Paulo Renato. *Parâmetros Curriculares nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* - Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>> Acessado em: 15 de janeiro de 2012.

TIBA, Içami. *Disciplina, Limite na medida certa*. 1ª ed. São Paulo. Gente, 1996.

ZANLORENSE, Maria Josélia. LIMA, Michelle Fernandes. *Uma análise histórica sobre a elaboração e divulgação dos PCN no Brasil*. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/semin%C3%A1rio/semin%C3%A1rio8/trabalhos.html> Acessado em: 24 de maio de 2012

ANEXO

Questionário aplicada aos professores de Inglês

QUESTIONÁRIO

Caro (a) professor (a)

Gostaria de poder contar com a sua colaboração respondendo estas perguntas. Elas fazem parte de uma pesquisa para a conclusão do TCC

1- Para você o que é cidadania?

2- Você como professor de língua estrangeira tem conhecimento sobre o que fala os PCN's sobre cidadania?

() SIM () NÃO

3- Você aplica este conhecimento em sala de aula, como, explicitamente ou implicitamente?

() SIM () NÃO

4- Quando este tema é ensinado, você percebe uma aceitação por parte dos alunos nas series em que você leciona? Como?

5- Em 2007 o governo federal lançou um livro denominado "Ética e Cidadania, construindo valores na escola e sociedade", você conhece?

() SIM () NÃO

6- Para você o Ministério da Educação tem investido na instrução dos professores quanto ao tema Cidadania? Como?

7- A escola na qual você leciona tem projetos sobre Educação para a Cidadania? Cite algum

8- Quando o aluno participa de algum projeto sobre Educação para Cidadania, você percebe alguma mudança no seu caráter ou comportamento? Dê algum exemplo

9- Em sua opinião o que falta para que o professor trabalhe com Educação para a Cidadania? Você poderá marcar mais de um item

- () RECURSO DIDÁTICO
 () CAPACITAÇÃO
 () INTERESSE PESSOAL
 () INCENTIVO DOS GESTORES

10- Quais características devem possuir aqueles que ensinam e promovem a teoria e a prática da cidadania? Você poderá marcar mais de um item.

- () CONSCIÊNCIA ÉTICA
 () RESPEITO PELO PRÓXIMO
 () SOLIDARIEDADE
 OUTROS _____

11- Como você utiliza a disciplina de língua estrangeira para ensinar cidadania?

"O BOM EDUCADOR É AQUELE QUE ENSINA MAIS DO QUE SABE E ATRAVÉS DO ENSINO, APRENDE MAIS DO QUE ENSINOU".

ZOLTAN KODÁLY